



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. VIII (2007)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Contas exumadas na intervenção arqueológica do Palácio dos Marqueses de Marialva - uma tipologia usada no trato colonial

Andreia Martins Torres 

Como Citar | How to Cite

Torres, Andreia Martins. 2007. «Contas exumadas na intervenção arqueológica do Palácio dos Marqueses de Marialva - uma tipologia usada no trato colonial». *Anais de História de Além-Mar* VIII: 181-237. <https://doi.org/10.57759/aham2007.37695>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2007. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2007. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

CONTAS EXUMADAS NA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DO PALÁCIO DOS MARQUESES DE MARIALVA – UMA TIPOLOGIA USADA NO TRATO COLONIAL¹

por

ANDREIA MARTINS TORRES

O Espaço e o Tempo – Evolução de uma Praça

O arqueossítio em estudo caracteriza-se por três períodos de ocupação distintos e que iremos abordar de modo sumário, uma vez que já foi alvo de várias publicações. O primeiro, no qual se insere a quase totalidade do espólio estudado, evidencia-se pela construção do palácio, propriamente dito, em meados do séc. XVII, pelo 3.º Conde de Castanheda, numa zona periférica da cidade e com características marcadamente rurais. Situado no interior da designada «Quinta de Marialva», em cujas «casas nobres» se instalara D. Pedro de Meneses depois de ter sido nomeado para um alto cargo do Senado Lisboeta (1639-1643), caracterizava-se por um arquitectura de carácter marcadamente urbano². No entanto, a sua beleza estaria muito aquém, como a maioria das residências nobres da época, das construções europeias, como atestam os comentários de visitantes estrangeiros³.

¹ Gostaria de agradecer ao Museu da Cidade por me ter proporcionado a possibilidade de estudar estes materiais, bem como, em particular, à Dr.ª Lúcia Fernandes por todo o apoio e ajuda que me deu ao longo da elaboração do trabalho académico no qual se baseia este artigo.

² Segundo as descrições de Júlio de Castilho, que terá desenhado o que restava do palácio, a 14 de Setembro de 1859, «a fachada principal deitava para o largo das duas Igrejas». Nesta altura seriam ainda visíveis um «portão monumental corrido de uma cornija, que seguia desde a larga pilastra do cunhal da esquina da Rua do Loreto, até outra pilastra que tomava justamente o centro desta face do quarteirão», três sacadas «adornadas de cornijas, e gradeados à antiga», três mezaninos sobre os quais se desenhavam a água-furtada e os telhados e ainda três brasões que decoravam a pilastra Norte. Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*; 3.ª ed., vol. 2, Lisboa, 1955, Câmara Municipal, p. 83.

³ «Posto que Lisboa seja tamanha e tão nobre povoação, não tem palácio algum de burgueses ou de fidalgo, que mereça consideração quanto à matéria, e quanto à arquitectura apenas são edifícios muito grandes. Ornamentam-nos, porém, de tal modo que na verdade ficam magníficos». Alexandre HERCULANO, «Archeologia Portuguesa VI – Viagem a Portugal dos cavalleiros Tron e Lippomani (1580)» in *O Panorama*, 2.ª Série, vol. 2, Lisboa, 1843, p. 82.

O *Tombo da Cidade de Lisboa*, realizado depois do terramoto, refere que o palácio apresentava uma planta regular, compreendido entre a Rua do Alecrim, a Rua da Horta Seca, a Rua do Loreto e a Travessa dos Gatos⁴, medindo⁵ em 1837, 30,58m a Nascente, 65,34m a Norte, 33,66m a Poente e 60,61m a Sul⁶.

Desde cedo o palácio Marialva se torna numa referência na sociedade nobre lisboeta, onde tinham lugar várias festas, cuja divulgação permitiu que se conservassem alguns relatos das mesmas, dando conta do fausto de que se revestiam⁷, bem como de outros acontecimentos importantes, designadamente a 8 de Setembro, em que, da varanda principal, o rei assiste ao início dos festejos da cidade⁸.

Com o terramoto e incêndio que se lhe seguiu, a estrutura do palácio terá sofrido alguns danos, mais evidentes na fachada poente, onde as paredes começam a ceder, exigindo a realização de vários gatos de ferro. Há indícios de que o marquês teria intenção de reformular o edifício, tendo-se procedido à limpeza de alguns sectores do palácio e pavimentação dos mesmos com recurso a material de construção derrubado pelo sismo, nomeadamente o brasão. Tal hipótese é corroborada pelos desenhos de Eugénio dos Santos, a quem é encomendado um projecto de ampliação do palácio, após o terramoto. Porém este não constitui uma referência determinante para a análise da estrutura inicial do edifício e transformações preconizadas⁹. O que as esca-

⁴ Estes são os nomes que as ruas adquiriram já num período posterior ao terramoto, sendo de relevar o caso da Rua dos Gatos, assim denominada devido à existência de várias fendas nas paredes do palácio, provocadas pela catástrofe natural, e que foram fechadas com «gatos».

⁵ A Outubro de 1837 foi ainda realizada uma medição e avaliação do terreno que, devido ao facto da política pombalina não ter sido executada no que concerne aos seus planos para o palácio, terá mantido aproximadamente as mesmas medidas.

⁶ «(...) e principiando a dita medição pelo lado do nascente, e do sul para o norte achar-mo ter cento e trinta e nove palmos, e confronta por este lado com o Largo das Duas Igrejas, e continuando a dicta medição pelo lado do norte, achar-mos ter, de nascente para poente, dusesentos noventa e sete palmos, e confronta por este lado com a Rua do Loreto; continuando a dicta medição pelo lado do poente achar-mos ter por este lado, norte para sul, cento cincoenta e tres palmos, e confronta com a Travessa dos Gatos; e virando sobre o lado do sul achar-mos ter, de poente para nascente, até ao ponto onde teve princípio a dicta medição, dusesentos setenta e cinco palmos e meio, e confronta por este lado com a Rua da Horta Secca; cujos quatro lados feicham uma área superficial de quarenta e um mil setecentos e noventa e dous palmos e meio (...)» (Arquivo Histórico de Sintra, B/I/4, Caixa 5, n.º 483).

⁷ Júlio de CASTILHO, *Lisboa...* cit., 1955, pp. 81-82 e João PALMA-FERREIRA, *Obscuros e Marginalizados. Estudo de Cultura portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, pp. 85-99.

⁸ «Dia de N. Sr.^a da Natividade se conduziu o Sr. da Freg.^a do Alecrim p.^a a Igr.^a nova da N. Sr.^a da Encarnação (...); e se levou com procissão muy solemne, com carro triunphante, e 24 figuras a cavallo, custozamente vestidas e vistozamente ataviadas, acompanhou a o Cabido e clero, e veyo a vella ElRey, e infantas da caza do Marquez de Marialva». José Soares da SILVA; *Gazeta em forma de carta*, Lisboa, B.N., 1934, pp. 164-165.

⁹ Irisalva MOITA, *Projectos pombalinos destinados à reconstrução do Palácio Marialva, ao Loreto, e à ampliação do Palácio dos Duques de Lafões, ao grilo*, Lisboa, Câmara Municipal, 1999, pp. 3-21.

vações vêm comprovar é que nem as paredes assinaladas a negro – que corresponderiam à do palácio seiscentista, nem o novo projecto concordam com os dados encontrados no terreno¹⁰. Embora a influência da família junto do Marquês de Pombal tenha evitado que o edifício fosse demolido¹¹, o facto é que tais obras não terão sido levadas a cabo ou pelo menos finalizadas.

Esta é uma fase de indefinição, em que o edifício perde progressivamente a qualidade de palácio, bem como toda a nobreza e funcionalidades iniciais¹². Após o terramoto o Marquês de Pombal elabora um plano de remodelação da cidade que protagonizava o realojamento das famílias cujos bens tinham sido destruídos por este desastre natural, bem como a reconstrução dos edifícios que haviam sofrido danos. Perante a obrigatoriedade de reedificação do palácio «segundo o plano da cidade» e a provável carência de recursos financeiros, não lhes terá sido possível fazê-lo. O Marquês de Marialva terá optado, neste contexto, por arrendar o espaço¹³: «os proprietários não a levaram contudo a efeito, mas pela importancia do local

¹⁰ É possível que, ou o desenho não tenha sido bem feito, ou as cotas não se encontrem bem referenciadas (Lídia FERNANDES e António MARQUES; «Praça Luís de Camões (Lisboa): Metodologia e primeiros resultados de uma escavação urbana», in *Actas do IV Encontro de Arqueologia Urbana – Amadora* (10-12 Nov. 2002), Amadora, 2003, p. 39).

¹¹ Opondo-se vivamente contra estes planos, o marquês toma uma série de iniciativas que visam a anulação deste projecto, como tal se vem a verificar. Porém, o marquês de Pombal, «nunca perdendo a ideia de que para o futuro se pudesse fazer uma praça n'aquela recinto, dirigiu-se a Bento José Dias Pereira Chaves (...) para que levantasse na travessa dos Gatos, uma casa com certa aparência de grandiosa, digna de representar em uma praça» (J. Ribeiro GUIMARÃES; *Sumario de Varia Historia – Narrativas, Lendas, Biographias, Descrições de Templos e Monumentos, Estatísticas, Costumes Civis, Políticos e Religiosos de Outras Eras*, Lisboa, Rolland & Semiond, 1873; p. 206) De facto, na segunda metade do século XIX, existiam «pessoas edossas, que se lembram de ouvir que o marquez de Pombal quizera expropriar as ruínas do palacio do marquez de Marialva, (...) para fazer um largo e que para isso mandára construir o predio, que hoje existe entre as ruas das Gaviás e do Norte, e que o dera ao marquez, como indemnização das ruínas e do terreno, onde vieram a levantar os casebres./Depois da demissão e degredo do marquez, segundo se conta, esse negocio esqueceu, ou influencias poderosas conseguiram faze-lo esquecer, de maneira que a casa de Marialva ficou de posse das ruínas e do terreno, e do predio». (J. Ribeiro GUIMARÃES; «Memórias dos Casebres do Loreto», in *Summario de Varia História*, vol. 5, Lisboa, 1875, pp. 195-196).

¹² De facto, nunca mais viria a ser referenciado como um todo e já o 4.º Marquês de Marialva quando procede à sua avaliação após a morte da primeira esposa de D. Pedro José e na sequência das partilhas, faz menção aos terrenos e aos «fragmentos do palácio incendiado».

¹³ Não se sabe ao certo quanto tempo o edifício terá permanecido desabitado após o terramoto, no entanto possuímos vários recibos de arrendamento, o primeiro dos quais data de Janeiro de 1779. Porém a ocupação do palácio seria muito anterior visto que em 1767 e 1776 já é referida a existência de dois botequins nos Casebres (Pinto de CARVALHO; «Os Cafés de Lisboa» in *Serões*, n.º 52 e 53, Lisboa, 1909, pp. 267-268). A existência de recibos vem, deste modo regularizar uma situação preexistente e que se deve, sobretudo, à ineficácia da legislação pombalina sobre as ruínas de edifícios e o realojamento da população, dando lugar a episódios de exploração com a protecção real que dava cobertura a este tipo de situações. (Luís Pastor de MACEDO; *A Rua das Pedras Negras*, Lisboa, Miscelania, 1931, pp. 40-42).

acharam rendeiros que, não obstante o modo precário de empregar os seus capitais, levantaram prédios, e realizaram avultadas benfeitorias»¹⁴.

O palácio passa, assim, a ser ocupado por diversas casas de habitação e lojas¹⁵ que se instalam no seu interior criando subdivisões dos compartimentos através do entaipamento de janelas, arcos e portas¹⁶. O ambiente que caracteriza este período de ocupação é, segundo as palavras dos seus contemporâneos, de imundice, prostituição e insegurança¹⁷, sendo apelidado de «Casebres do Loreto» até ao momento da sua demolição, a 8 de Setembro de 1859¹⁸, para a edificação da actual Praça Luís de Camões, embora com alguma contestação.

Técnicas de Produção dos Exemplares em Vidro

Embora existam várias técnicas de fabrico de vidro, utilizadas em função do tipo de objecto que se pretende executar, preferiu-se apresentar, neste capítulo, apenas aquelas que são empregues na produção de contas.

¹⁴ *Camara dos Senhores Deputados. Sessão de 24 de julho de 1854. Presidencia do Excelentíssimo Sr. Silva Sanches. Ordem do Dia*, in «Diário do Governo», anno 1854, n.º 172, Lisboa, 25 de Julho, p. 956.

¹⁵ As descrições contemporâneas do momento de destruição dos casebres permitiram identificar quais os estabelecimentos comerciais que aí se estabeleceram, alguns dos quais identificados a nível arqueológico, nomeadamente de um armazém de móveis pertencente a José Aniceto Raposo, ao qual fazemos referência num trabalho académico sobre o mobiliário do palácio, por nós realizado. (Nuno MOTA, «Uma casa de pasto do séc. XIX no Palácio dos Marquês de marialva – evolução e reaproveitamento de um espaço» in *Revista de Estudos do Património*, n.º 9, Lisboa IPPAR, 2006, pp. 213-217; Lúcia FERNANDES e António MARQUES, «Palácio dos Marquês de Marialva – intervenção arqueológica na Praça Luís de Camões (Lisboa 1999/2000)» in *Revista de Estudos do Património*, n.º 9, IPPAR, 2006, pp. 195-205 e Vasco Leitão SANTOS, «Copa e área de serviço do Palácio dos Marquês de Marialva» in *Revista de Estudos do Património*, n.º 9, Lisboa, IPPAR, 2006, pp. 217-212).

¹⁶ Lúcia FERNANDES e António MARQUES, «Praça Luís de Camões (Lisboa): Metodologia e primeiros resultados de uma escavação urbana», in *Actas do IV Encontro de Arqueologia Urbana – Amadora* (10-12 Nov. 2002), Amadora, 2003, p. 40. Estes dados arqueológicos são confirmados pelos relatos de Júlio de Castilho: «O interior deste conjunto arruinado era, segundo ouvi, um dedalo de pátios e cabanas ridículas, de um pitoresco de péssima catadura. Não habitava ali o pudor, certamente, mas formigavam todos os infortúnios e vícios» (Júlio de CASTILHO, *Lisboa...* cit., 1955, p. 86).

¹⁷ «Há numerosos desgraçados que têm apenas, como morada, as ruínas de um palácio que o grande terramoto desmoronou. Diz-se que entre eles há muitos ladrões e malfeitores e que a falta de segurança, nas suas vizinhanças, é muito maior do que em qualquer outro sítio da cidade./Um dia fui passear a este antro, que a todo o instante parece ameaçado de novo cataclismo, mas tudo se passou sem novidade. À noite é que eu me não atrevia a percorrer esse covil (...)» (Carl Israel RUDERS, *Viagem em Portugal. 1793-1802*, Lisboa, B.N., 1981, p. 106).

¹⁸ Embora as negociações se tenham iniciado em 1837, quando a Câmara oficiou alguns cidadãos importantes do bairro para se reunirem na Casa do Município a fim de solucionar o problema da expropriação do edifício que, na altura, pertencia ao Duque de Lafões.

A) Contas enroladas

A maior parte deste tipo de contas de vidro, conhecidas na actualidade, são provenientes das fábricas de vidro de Murano e das oficinas de Veneza. A produção assentava, sobretudo, no trabalho feminino¹⁹, consistindo no derretimento de uma barra de vidro dobrada à volta de um arame de ferro ou cobre até formar um anel fechado. O resto da barra era cortada e o arame com o anel de vidro, virado e aquecido até adquirir a forma redonda ou oval desejada. No processo de arrefecimento, o metal contrai mais que o vidro e a conta poderia então ser retirada. Deste modo, o diâmetro da perfuração varia de acordo com o do arame utilizado na sua execução²⁰.

Quando o calor já não é suficientemente forte para derreter uma grossa barra de vidro, uma conta de grandes dimensões poderá ser feita apenas através do enrolamento sucessivo de barras com 1 ou 2mm de diâmetro, em torno do arame ou outro núcleo.

Este método de produção é muito moroso, e consecutivamente dispendioso, uma vez que os exemplares são feitos manualmente, um de cada vez²¹.

Mais tarde, com o avanço da tecnologia do vidro, esta técnica seria substituída no fabrico de contas, dando origem às denominadas «contas abatidas», com a qual pensamos terem sido realizadas as contas *chevron* de cronologias mais tardias²².

Os exemplares obtidos por este processo podem também ser decorados, apresentando à semelhança das contas *chevron* mais antigas, um núcleo de cor distinta. Para tal é necessário que seja criada previamente, na lâmpada de vidro branco quente, uma cavidade cheia de ar, que é alisada ao fazer girar o vidro sobre um prato de mármore. De seguida esta é rodada em torno de um disco semi-modelado em vidro de outra cor, de modo a uni-los e criar uma conta policroma.

O mesmo resultado poderá ser adquirido se mergulharmos o orifício da lâmpada de vidro branco num contentor com vidro colorido fundido, fazendo com que este se deposite em torno do mesmo.

A grande diferença, a nosso entender, entre a tecnologia primitiva e aquela que acabámos de descrever, é que, enquanto a primeira, por ser feita

¹⁹ Segundo alguns textos, existiriam «entre dez a vinte raparigas, sentadas ao longo de uma mesa comprida, cada uma com uma lâmpada de vidro soprado, com o rosto protegido por um prato de vidro» (W. G. N. SLEEN, *A handboock of beads*, Liege, Musée du Verne, 1967, p. 23).

²⁰ O que poderá ser um indicador importante do centro produtor, no caso de se encontrarem contas semelhantes com o mesmo diâmetro.

²¹ W. G. N. SLEEN, *A Handboock...* cit., p. 23.

²² Neste caso, o indivíduo necessita de duas barras de ferro para trabalhar o vidro incandescente. Numa primeira etapa fá-lo a partir de uma espécie de funil, que depois fecha, de modo a que uma enorme bolha de ar preencha o interior da massa vítrea. Na fase seguinte a segunda barra de ferro é retirada, e em vez da barra de vidro formada pelo processo anterior, obtém-se um comprido tubo de vidro. Este pode ter até cerca 90cm de comprimento, limite até ao qual é inquebrável e era cortado de modo a produzir várias contas de uma só vez.

individualmente, apresenta as extremidades chanfradas, a segunda mostra uma secção mais regular, como as que se encontram em África em períodos mais tardios. Todavia, não podemos descartar a hipótese de algumas peças terem sido buriladas a fim de as tornar mais semelhantes às antigas e de acordo com o gosto da época.

Sabe-se que estas contas foram utilizadas nas primeiras décadas do séc. XX como forma de pagamento do trabalho de nativos/indígenas, equivalendo uma colher de chá a um dia de trabalho. As mesmas foram também denominadas por britânicos de «pound-beads», numa clara alusão ao facto de serem vendidas a peso e não por unidade²³.

B) Contas em espiral

Este tipo de conta remonta à antiguidade clássica ou mesmo pré-clássica e é executada através do enrolamento em espiral, de uma barra de vidro semi-modelada, em torno de um arame²⁴.

C) Contas executadas por pressão

Enquanto as contas estão semi-modeladas podem, facilmente, ser prensadas de modo a obter formatos diversos, nomeadamente hexagonal, como um exemplar desta colecção²⁵.

1. As contas de vidro utilizadas no trato colonial²⁶

Diacronia dos trabalhos realizados em Portugal

Este grupo é constituído pelas denominadas contas de tipo *chevron* e *tubulares/prismáticas* azuis que têm suscitado o interesse da comunidade científica internacional, polémica à qual não são alheios os investigadores portugueses.

As primeiras discussões sobre o tema datam da última década do século XIX, altura em que escrutadores como Estácio da Veiga e José Leite de Vasconcellos, os fundadores da arqueologia portuguesa, publicam breves artigos sobre o mesmo.

²³ W. G. N. SLEEN; *A Handbock...* cit., pp. 23-25.

²⁴ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 26.

²⁵ W. G. N. SLEEN; *A Handbock...* cit., p. 26.

²⁶ Considerámos como contas de vidro utilizadas no trato colonial as do tipo *chevron* (cilíndricas e cilíndricas com extremos chanfrados), as de formato prismático (de faces planas e torcidas), bem como as azuis elaboradas segundo a técnica de rolo.

Embora o último arqueólogo se tenha detido sobre o significado simbólico das contas²⁷, é Estácio da Veiga quem realmente introduz a questão, com base em exemplares que pensa serem originários de contextos extra-fronteiriços. Para tal afirmação, fundamenta-se no facto dos mesmos terem sido comprados, por Alfredo Ben-Saúde, a um colector particular que adquiria antiguidades no estrangeiro e que, posteriormente, os entregou àquele que deu origem ao actual Museu Nacional de Arqueologia²⁸. Não obstante, já na época se tinha conhecimento da sua presença em contextos nacionais, nomeadamente em embrechados de edifícios religiosos.

A descrição das contas é muito pormenorizada, incluindo observações importantes a partir das quais faz induções acerca do seu método de fabrico, bem como procede à identificação das cores, número de camadas que compõem a peça e ainda à sua medição exaustiva. Este parece-me o estudo possível à época, pautado por uma tentativa de rigor que se viria a perder nos estudos realizados nas décadas posteriores. Embora as conclusões a que chegou tenham sido parcas e mesmo desacertadas – convencendo-se da sua origem proto-histórica e confundindo-as com as contas oculadas pré e proto-históricas – não se deixou seduzir pela teoria dominante de «fazer intervir a influencia phenicia ou hellenistica em todas as cousas antigas de origem desconhecida; tirando-se assim á gente indigena a peculiar faculdade de qualquer iniciativa propria do entendimento humano»²⁹. Na verdade, tal argumento era incongruente e «o que sobretudo suscita a minha admiração, é que a perspicácia dos archeologos tenha podido reconhecer tantas cousas de origem estrangeira na Europa, e ainda não tivesse descoberto algum produto europeu em alguns dos grandes focos da industria asiatica»³⁰.

Em 1910 o assunto é retomado por F. Alves Pereira³¹ e Gabriel Pereira³². Estes pouco acrescentam ao que já fora dito, contribuindo apenas para o estabelecimento de mais paralelos a nível nacional, para os mencionados objectos. Todavia, os mesmos revestem-se de pormenores interessantes que espelham o estado da arqueologia e metodologias de trabalho característicos deste período.

Na publicação sobre o Castro de Chibanes³³ encontramos, referenciado, um conjunto de sete contas *Chevron* e vinte e três contas azuis enfiadas em colar, mas que na realidade eram provenientes da Quinta dos Meses em Setúbal, oferecidas ao autor pelo proprietário da mesma. Este facto surge

²⁷ J. Leite VASCONCELLOS, *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1987.

²⁸ Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 262.

²⁹ Estácio da VEIGA, *Antiguidades...* cit., p. 265.

³⁰ Estácio da VEIGA, *Antiguidades...* cit., p. 266.

³¹ F. Alves PERREIRA, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, pp. 55-83.

³² Gabriel PERREIRA, *Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa*, Lisboa, ed. Livraria Clássica, 1910, pp. 186-288.

³³ F. Alves PERREIRA, *Archeologo...* cit., est. VII, fig. 25.

referenciado apenas em nota de rodapé, fazendo com que o leitor mais desatento não se aperceba de que não se tratam de autênticos achados arqueológicos, devidamente contextualizados no arqueossítio estudado e promovendo uma associação directa com uma cronologia proto-histórica.

O estudo de Gabriel Pereira faz apenas uma pequena referência a estas contas, que aparecem na Quinta das Lapas, com uma descrição muito sumária que, em nada se assemelha aos estudos de Estácio da Veiga.

Seria, sobretudo, nos inícios da década de trinta que esta discussão ganharia novo fôlego, ocupando largas páginas da revista *Portucale*, onde F. Alves Pereira continua a desenvolver teorias sobre as suas origem e cronologia, abandonando antigas teses e formulando novas hipóteses³⁴. Destacam-se ainda os estudos apresentados por R. Serpa Pinto³⁵ e Armando de Matos³⁶. O primeiro apresenta um conjunto de exemplares provenientes de Angola, detendo-se nas dimensões dos mesmos a fim de averiguar semelhanças e diferenças que pudessem atestar proveniências, enquanto que o segundo envereda por uma via mais cognitiva, orientando a investigação para o ramo da etnografia e simbolismo, à semelhança dos trabalhos apresentados por Leite de Vasconcellos, aos quais faz referência.

Esta é uma década prolífera para o desenvolvimento do conhecimento acerca destas contas, retomando-se o seu estudo de uma forma sistemática, inventariando os locais onde se regista a sua presença, mencionando as condições do achado e registando-se dimensões e características particulares. É também durante os anos trinta que esta questão ganha uma dimensão internacional. Os investigadores nacionais apercebem-se da difusão destas contas em outros espaços europeus e extra-continentais e tomam conhecimento de algumas publicações estrangeiras. Desmistificada a sua origem remota fenícia ou cartaginesa, situando-as cronologicamente entre as Idades do Bronze e do Ferro, e esclarecida a sua proveniência italiana cuja produção remonta ao séc. XIII, parece permanecer o desejo de conferir um carácter exótico a estas contas, procurando soluções complexas para falsas questões.

A presença deste espólio em contextos africanos e americanos é explicada como o resultado das navegações normandas, que teriam sido efectuadas até ao Novo Mundo, ainda em período medieval³⁷. Se a tese de que os normandos terão chegado, antes de portugueses e espanhóis, ao continente americano, é um dado aceite por uma grande parte da comunidade científica

³⁴ F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31-33, 1933, pp. 24-31, 72-88 e 117-121 e F. Alves PEREIRA, «A propósito das contas vítreas policrómicas» in *Portucale*, vol. VII, n.º 37 e 38, Jan. a Abril de 1934, pp. 16-18.

³⁵ Serpa PINTO, *Etnografia Arqueológica: I - antigas contas empregadas como amuletos*, Porto Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1932, pp. 1-7.

³⁶ Armando MATOS, «Contas de massa vítrea encontradas em Angola» in *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, Porto, pp. 452-462.

³⁷ F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 32, de Março a Abril de 1933, pp. 78 e 79.

actual, o mesmo não acontece em relação à indução sobre as vias de difusão das contas. De facto, se observarmos os pressupostos em que assentam, não podemos deixar de encarar com grande admiração que se considerem pré-coloniais as contas encontradas num túmulo indígena com inscrição cristã, partindo do pressuposto de que todas as sepulturas indígenas são anteriores à conquista³⁸. Ainda que estas nos reportem ao período anterior ao efectivo domínio da população pelo povo conquistador, tal não é sintomático de que não resulte, por exemplo, do facto da conquista não se ter efectuado num único momento. As fortes relações comerciais estabelecidas em tempos pré-hispânicos permanecem e importa não esquecer ainda os escravos fugidos, cujo uso das contas europeias estava largamente difundido nos territórios africanos e que frequentemente se integravam em comunidades indígenas, podendo ter trocado, pontualmente, estes objectos.

Após este período, em que se registaram avanços consideráveis, em termos de investigação histórica, segue-se outro de grande inacção e apenas na década de cinquenta, com os dois estudos apresentados por Luís Chaves sobre as contas do Museu Nacional de Arqueologia³⁹ e do Museu da Sociedade de Geografia⁴⁰, se escreve algo sobre esta temática. Porém, estes trabalhos são de natureza muito genérica e nada de novo acrescentam ao que já se havia dito. O único mérito assinalável foi o de apresentarem uma inventariação dos locais em território nacional, onde era conhecida a sua presença, mencionando pela primeira vez as dimensões dos achados de outras colecções.

Seria necessário esperar até meados da década seguinte para que se verificasse uma viragem no modo como a questão é abordada. Elisabeth Haevernich⁴¹ toma como facto indubitável a origem das contas nacionais em tempos modernos e a discussão orienta-se agora no sentido do esclarecimento dos centros produtores, denunciando a indústria vidreira italiana de Veneza e Murano, mas também de Inglaterra onde terão sido fabricadas pelo menos até 1877.

Já na década de 90, Maria Conceição Rodrigues dedica-se ao estudo de contas provenientes de contextos arqueológicos bem definidos⁴², realizando

³⁸ F. Alves PEREIRA, «A propósito das contas vítreas policrómicas» in *Portucale*, vol. VII, n.º 37 e 38, Jan. a Abril de 1934, p. 16.

³⁹ Luís CHAVES, «Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico» in *Revista de Guimarães*, vol. LXV, 1955, pp. 135-141.

⁴⁰ Luís CHAVES, «Grandes contas vítreas multicolores do Museu da Sociedade de geografia de Lisboa» in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 72.^a série, n.º 1-3, Jan.-Março de 1954, pp. 115-117.

⁴¹ Thea Elisabeth HAEVERNICK, «Contribuição para a história dos vidros antigos: contas de vidro policromo designadas contas 'agri'», in *Separata da Revista de Guimarães*, col. LXXIV, 1964, pp. 1-31.

⁴² Conceição RODRIGUES, «Contribuição para o estudo de contas de vidro de origem mediterrânica recolhidas na baixa pombalina de Lisboa» in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Padrão dos Descobrimentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997; Conceição RODRIGUES,

estudos sistemáticos, onde confere grande ênfase à utilização destes objectos por indivíduos de etnias africanas. Sem embargo, estes parecem ignorar todos os trabalhos realizados sobre o tema, até à data, em Portugal, não fazendo qualquer referência aos mesmos na bibliografia apresentada.

Inventário dos achados em Portugal

1 - *Nos arredores de Setúbal foram identificadas contas do tipo chevron associadas a contas de estilo Nueva Cadiz:*

- a - no *Convento de Brancannes*, na cerca e nas paredes de uma fonte e cascata do seu jardim⁴³;
- b - na *Quinta dos Meses*, contígua há cerca de Brancannes⁴⁴, embora não nos tenha sido possível averiguar se estas estruturas ainda se conservam, uma vez que se encontram em propriedade particular. Sabemos, no entanto, terem sido realizadas obras na capela, altura em que F. Alves Pereira terá adquirido por mão do seu proprietário, alguns exemplares de contas que publica no *Archeologo Português*⁴⁵.

2 - *Lisboa e arredores:*

- a - no *Convento de Chelas*, actualmente propriedade do exército português, há notícia de embrechados decorados com estas contas, embora a sua localização suscite algumas dúvidas, devido à existência de informação pouco clara⁴⁶. Apesar das referências de que o referido nicho havia já sido destruído⁴⁷, realizámos uma visita ao local, com o objectivo de averiguar a sua possível existência como elemento decorativo de outras divisões do edifício e proceder ao seu registo fotográfico⁴⁸.

«A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

⁴³ «(...) com contas lobulares e elipsoidais, formadas por diversas camadas de pasta vítrea de diversas cores e transparência, sendo as pastas vermelhas e brancas muito opacas e as azuis e verdes translúcidas» (F. Alves PERREIRA, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, p. 69).

⁴⁴ Aí terá existido «fonte protegida por cappela, cujas paredes estavam cobertas de cacos de louça da China e de muitas e variadas contas» (F. Alves PERREIRA, *Archeologo...* cit., p. 69).

⁴⁵ F. Alves PERREIRA; *Archeologo...* cit., pp. 55-83.

⁴⁶ Segundo consta, estas guarneceriam o «chamado nicho da Magdalena no claustro» «por dentro e por fora» ou, como parecem azeverar outras fontes, na capela das Albertas.

⁴⁷ Em 1910 Gabriel Pereira já se refere à capela das Albertas como «desaparecida» (Gabriel PEREIRA, *Pelos...* cit., p. 287).

⁴⁸ Tal só foi possível com o apoio dos arqueólogos do Museu da Cidade – o Dr. António Marques e a Dr.ª Lídia Fernandes – que solicitaram uma visita oficial, contornando assim as dificuldades que poderiam surgir devido à proibição de registar fotograficamente qualquer edifício militar.

Sem embargo, este encontra-se muito descaracterizado, tendo sido alvo de frequentes reutilizações ora para albergar estabelecimentos fabris ora como arquivo militar, função que desempenha actualmente. As salas do antigo claustro encontram-se preenchidas por enormes estantes e as divisões iniciais do mesmo foram completamente destruídas. Percorremos ainda outros compartimentos do edifício mas, à excepção dos inúmeros azulejos que revestem as paredes, não se observou qualquer outra solução decorativa.

A este edifício religioso é atribuído um conjunto de contas do Museu Nacional de Arqueologia, com etiqueta de Estácio da Veiga⁴⁹. Releva mencionar que um dos exemplares não apresenta a característica cor azul mas sim verde e que existe um outro de corpo prismático, com orifício central circular distinto das outras contas de formato em barril⁵⁰.

Através da observação dos mesmos, que exibem argamassas com restos de conchas, poderemos supor, a confirmar-se a sua origem deste convento, que a decoração seria muito semelhante à que encontramos em Alcáçovas.

Dim. – diâmetros variam entre 0,035x0,025m (19 fragmentos) e 0,043x0,014m e orifício 0,004m;

- b - o *Convento de Marvila* é mencionado na maior parte das fontes analisadas e data do ano de 1655, altura em que é doado o terreno por Fernão Cabral à Madre Brígida do Santo António. As obras de construção decorrem em várias fases: em 1660 estavam reunidas as condições para o alojamento das religiosas, mas só em 1680 é concluído o mosteiro, e um ano mais tarde, a construção da igreja (Sistema de informação da DGEM);
- c - sabe-se que no decorrer de uma obra realizada no *Quartel da Estrela* terão sido encontradas contas deste tipo, como informa Matos Sequeira a F. Alves Pereira⁵¹;
- d - *Quinta da Penha Verde* (Sintra) no retábulo da capela circular de S. João Baptista⁵². Embora tenhamos tentado visitá-la esta é propriedade privada e actualmente habitada, pelo que não nos foi possível averiguar se ainda se conservavam os embrechados⁵³;

⁴⁹ Este é composto por 19 exemplares de contas *Chevron*, 8 dos quais apresentam corte intencional (2 longitudinal e 6 transversal) e 14 fracturas irregulares (11 longitudinais e dois incompletos).

⁵⁰ F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31, Jan. a Fev. de 1933, p. 29.

⁵¹ As mesmas foram alegadamente depositadas num museu da capital, provavelmente no Museu do Convento do Carmo uma vez que se encontram aí alguns exemplares de proveniência desconhecida (F. Alves PEREIRA, *Portucale...* cit., p. 31).

⁵² F. Alves PEREIRA; *Portucale...* cit., p. 31.

⁵³ Segundo o relato de F. Alves Pereira é provável que esta esteja muito danificada uma vez que já em 1933, «as que o ex.mo senhor Conde de Sucena, [na época proprietário], guarda, são já em reduzida quantidade» (F. Alves PEREIRA, *Portucale...* cit., p. 31).

- e - pertencendo às reservas da Biblioteca Nacional e exposta na sala de reservados encontra-se um exemplar de conta *chevron*, proveniente da *Amadora*, a qual não nos foi possível ver por não termos acesso à mesma⁵⁴;
- f - na *freguesia de São Paulo* (Lisboa) foi encontrada grande quantidade de contas de vidro em contextos do terramoto, semelhantes às que integram a colecção em estudo e que foram recolhidas por particular⁵⁵;
- g - na *Baixa Pombalina* foram encontradas, em contexto arqueológico 10 contas de vidro na Praça D. Pedro IV, na sequência das obras realizadas para abertura de um túnel, bem como 6 exemplares na área denominada por Termas dos Cássios e que corresponde à Rua das Pedras Negras⁵⁶, jardim do Palácio Penafiel na Rua de S. Mamede⁵⁷. Também nesta rua foram exumadas nas escavações do Teatro Romano (campanha de 2001), em contextos pré-terramoto, alguns artefactos deste tipo⁵⁸;
- h - proveniente da escavação arqueológica realizada na antiga *Patriarcal de Lisboa*, existe um exemplar de conta *chevron* prismática⁵⁹;
- i - na escavação do Palácio Marialva foram exumadas 11 contas, das quais 9 já se encontravam estudadas antes da realização deste trabalho⁶⁰.

3 - Ponte de Lima:

- a - foram encontrados exemplares, em número desconhecido, na encosta do castro de São Julião-de-Freixo, e que se depositaram no actual Museu Nacional de Arqueologia⁶¹.
Dim.: 0,032x0,020m

⁵⁴ Esta informação foi-nos dada pelo Dr. Rodrigo Banha da Silva.

⁵⁵ Esta informação foi-nos dada pelo arquitecto Mário Varela Gomes, no entanto o arqueólogo do Museu da Cidade – o Dr. António Marques – chamado a intervir após a denúncia da situação, não encontrou quaisquer conta e não podemos determinar a que tipo de estrutura ou artefacto surgiram associadas. Estas poderão ter integrado um armazém, como sugerem o arquitecto Mário Varela Gomes e aponta Conceição Rodrigues que afirma existirem referências ao mesmo, mas sem indicar as fontes (Conceição RODRIGUES; *II Colóquio... cit.*, p. 248).

⁵⁶ Na escavação realizada na Rua das Pedras Negras pelos arqueólogos Dr.^a Lúcia Fernandes e Dr. Rodrigo Banha da Silva foram também exumadas contas prismáticas de vidro azul, ainda inéditas. Esta informação foi-nos dada pela arqueóloga em causa.

⁵⁷ Conceição RODRIGUES, *II Colóquio... cit.*, pp. 247-275.

⁵⁸ Estes não se encontram ainda estudados ou publicados e esta informação foi-nos comunicada pela Dr.^a Lúcia Fernandes responsável pela mesma escavação.

⁵⁹ Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

⁶⁰ Conceição RODRIGUES, «A presença...» *cit.*

⁶¹ Não sabemos se as contas *chevron* mencionadas apareceriam associadas, como costuma suceder, a contas de estilo *Nueva Cadiz*. De facto, conhecemos apenas a descrição pormenorizada de uma delas que se encontrava em exposição no actual Museu Nacional de Arqueologia e onde terão sido depositadas na totalidade (PEREIRA, 1933, p. 24).

4 - *Valença*:

- a - em Ganfei recolheram-se algumas contas em terrenos removidos pelos trabalhos agrícolas e que foram depositadas por Mateus José Arriaga Xavier da Costa no actual Museu Nacional de Arqueologia, em 1921⁶².

Dim.: 0,053x0,042m e 0,010m de diâmetro.

5 - *Sul*:

- a - de Silves e Estombar são provenientes as contas que estruturam um colar da antiga colecção de Estácio da Veiga e que se encontram no actual Museu Nacional de Arqueologia⁶³;
- b - Sob indicação da Dr.^a Lúcia Fernandes, que nos comunicou a existência de contas do tipo *chevron* e *Nueva Cadiz* numa capela e jardim de Alcáçovas, dirigimo-nos ao local a fim de observar e fotografar este espólio. Trata-se da capela de N.^a Sr.^a da Conceição⁶⁴ que pertenceu outrora à residência dos Henriques de Transtâmara, adquirida em 1622 e que é actualmente é propriedade do IPAR.

Esta foi mandada construir por D. Jorge Henriques e encontra-se revestida, por dentro e por fora, de embrechados compostos por faiança, pedra miúda, contas e gemas de vidro. Se no interior dominam as composições geométricas, também presentes nos nichos, pavilhões, pilares, alegretes, tanques e varandins do jardim, as paredes exteriores da capela mostram ainda uma decoração figurativa, composta por um painel equestre onde é representado (com contas de vidro e pedrinhas) o pai do fundador do jardim, D. João Henriques, 5.º Sr. de Alcáçovas⁶⁵ e que morreu no decurso da batalha de Alcácer Quibir, aprisionado pelos mouros, em 1582⁶⁶.

⁶² Luís CHAVES, *Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico*, Guimarães, Oficinas gráficas da companhia ed. do Minho, 1955, p. 4.

⁶³ Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, est. XXX e F. Alves PEREIRA; *Portucale...* cit., p. 30.

⁶⁴ O edifício religioso, originalmente denominado de capela de S. Jerónimo encontra-se, ao contrário do jardim adjacente, encerrado ao público e foi necessário pedir autorização, na oficina de turismo, para podermos visitá-la.

⁶⁵ Embora fosse nosso desejo visitar a residência desta família, que se encontra separada do jardim por uma estreita rua, tal não nos foi possível. Esta encontra-se em elevado estado de degradação e está vedada ao público, facto que não conseguimos contornar por ser o edifício propriedade do IPAR e não da câmara.

⁶⁶ Túlio ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, vol. IX, Lisboa, 1978, pp. 489-492.

6 - *Torres Vedras*:

- a - na Quinta das Lapas as contas terão adornado o interior do pavilhão de frescos perto do jardim, como refere Gabriel Pereira, que publica esta referencia depois de as ter visto⁶⁷. De momento não nos foi possível confirmar esta afirmação.

7 - *Proveniência desconhecida*:

- a - actualmente depositada no actual Museu Nacional de Arqueologia encontra-se uma conta *chevron* comprada, em Setúbal, a Marques da Costa⁶⁸ e que pensamos ser proveniente do convento de Brancannes ou da quinta dos Meses, em Setúbal;
Dim.: 0,026x0,018m
- b - desconhece-se o número de contas que integravam a colecção particular de Estácio da Veiga, bem como a sua origem⁶⁹;
Dim.: 0,035-0,045x0,034-0,026m
- c - no Museu da Comissão Geológica e Mineira existem 9 contas *chevron* cilíndricas duplamente chanfrada e 6 cilíndricas, bem como 2 exemplares do tipo prismáticas torcidas, publicadas numa estampa⁷⁰. Não obstante, o número de exemplares desta colecção será substancialmente maior, composto por «58 fragmentos de contas e 11 hastes de vidro ou varetas também policrómicas»⁷¹;
Dim. de um dos exemplares: 0,45mx0,013m
- c - duas contas depositadas no Museu Antropológico da Faculdade de Ciências do Porto, por R. P. José Brenha e por Dionísio Augusto Cunha que a terá encontrado em uso, em colar, em Cernancelhe, pelo que não nos é possível determinar o seu contexto original⁷².

8 - *Contas compradas no estrangeiro e que se encontram actualmente em Museus Nacionais*:

- a - 8 contas encontradas no interior de sepulturas indianas do Museu da Sociedade de Geografia⁷³;
Dim.: 0,046x0,045m; 0,050x0,034m; 0,051x0,035m; 0,053x0,039m;
0,054x0,039m; 0,055x0,040m; 0,055x0,047m; 0,056x0,046m

⁶⁷ Gabriel PEREIRA, *Pelos...* cit., p. 287 e F. Alves PEREIRA, *Portucale...* cit., p. 30.

⁶⁸ F. Alves PEREIRA, *Portucale...* cit., p. 31.

⁶⁹ Estácio da VEIGA, *Antiguidades...* cit., pp. 963 e 964.

⁷⁰ Estácio da VEIGA, *Antiguidades...* cit., est. XXXII.

⁷¹ F. Alves PEREIRA, *Portucale...* cit., p. 30.

⁷² Serpa PINTO, *Etnografia...* cit., p. 5.

⁷³ Luís CHAVES, «Grandes contas vítreas multicolores do Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa» in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 72.^a série, n.º 1-3, Jan. a Março de 1954, pp. 114-117.

- b - 1 conta do actual Museu Nacional de Arqueologia, comprada em Roma⁷⁴;
Dim.: 0,016x0,014m
- c - 3 contas angolanas do Museu de Azuaga em Gaia⁷⁵.
Dim.: 0,063mx0,042 (canal com 0,009m de diâmetro); 0,058x0,038m (canal com 0,004m de diâmetro); 0,055x0,035m (canal com 0,005m de diâmetro)

Centros produtores

A questão sobre a origem destas contas, parece ainda animar, em Portugal, várias discussões que, em parte, resultam do desconhecimento de trabalhos importantes, realizados por outros investigadores.

No que concerne à sua origem, conhecem-se alguns centros produtores e o seu fabrico que, ao contrário de que algumas teses sustentam, não será oriental mas europeu. Tal equívoco parte de uma confusão entre as tecnologias de fabrico das denominadas contas oculadas de cronologias recuadas e as *chevron* do período moderno. A sua existência no interior de templos egípcios (pelo menos dois exemplares) não é significativa e resulta de ocupações modernas dos mesmos. Sabe-se, por exemplo, que estas contas eram utilizadas para ornamentar as rédeas de camelos e burros de beduínos e que os religiosos que acompanharam Napoleão ao Egipto terão utilizado templos de Thebas como estábulos para a sua montaria⁷⁶.

Segundo documentam os relatos históricos, quando os portugueses chegaram à costa ocidental africana, os nativos recusaram-se a trocar o ouro e marfim pelas contas que haviam trazido da Europa para esse efeito. Estes comerciantes terão então comprado, ao longo da costa indiana, as tão apreciadas contas que as comunidades africanas adquiriam através do tráfego com os árabes e que, segundo Theal, eram denominadas de «barras miudas» na documentação do séc. XVI⁷⁷. Não obstante, estas foram usadas apenas numa fase inicial e rapidamente a Europa começa a adaptar a produção às exigências de mercado.

O primeiro centro europeu de produção deste tipo de contas de vidro foi a cidade italiana de Veneza que, no Período Medieval, sob influência dos contactos mantidos com Bizâncio e o Mediterrâneo Oriental, se terá dedicado a este mester desde o séc. XIV⁷⁸. Nos inícios do séc. XV, com os

⁷⁴ F. Alves PEREIRA, *Portucale...* cit., p. 24.

⁷⁵ Armando MATOS, *Trabalhos...* cit., pp. 452-462 e Luís CHAVES; *Contas...* cit., escala n.º 1.

⁷⁶ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 48.

⁷⁷ Não nos foi possível averiguar tal afirmação por desconhecermos as fonte utilizadas mas parece-nos evidente a possibilidade de se tratarem de exemplares semelhantes aos que denominamos tipologicamente de «contas rectangulares prismáticas (W. G. N. SLEEN; *A Handbock...* cit., p. 82).

⁷⁸ Até cerca de 1300 a indústria veneziana de vidro não produzia contas e estas eram importadas da Flandres, Inglaterra ou do Mar Negro (W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 107).

avanços do império otomano e a integração de Sidon, Tiro e Constantinopla, verifica-se uma quebra na produção que conduziria ao seu total desaparecimento durante a ocupação Mongol. Neste período, indivíduos especializados no fabrico de vidro terão emigrado para Veneza, portadores do conhecimento de tecnologias desconhecidas na Europa de então⁷⁹. Tal facto poderá justificar a semelhança de alguns exemplares venezianos desta primeira fase, com outros produzidos no Oriente mas mais antigos.

As técnicas de fabrico empregues nas oficinas de Veneza e Murano (1490-1592⁸⁰) mantiveram-se, durante muito tempo, envoltas em segredo, constituindo um monopólio importante que renderia, certamente, avultados lucros. Tal poderá justificar as duras penas infligidas àqueles que ousassem denunciá-las ou inaugurassem estabelecimentos em outras zonas que se pudessem tornar concorrentes. Todavia, este secretismo não seria duradouro, e durante a segunda metade do séc. XVI deixa de constituir um monopólio italiano, propagando-se para outros países Europeus⁸¹. Esta conjuntura terá permitido uma descentralização da produção vidreira e a proliferação de objectos, não necessariamente contas, ditos à «façon de venise».

É neste contexto que, em 1550, se encontra documentada a existência de fabricantes de vidro a trabalhar em Amesterdão⁸², em cujos arredores foram descobertos, em terrenos lavrados, vestígios da produção de uma antiga fábrica de contas de vidro. O espólio é constituído por contas «perfeitas e outras deformadas» que poderão corresponder a desperdícios deste estabelecimento, depositados nos canais e cujas dragagens terão sido utilizadas para adubar terrenos. Estes aparecem associados a cachimbos e louça alemã com cronologias anteriores a 1650⁸³. Os elementos disponíveis não foram suficientes para aclarar o período de funcionamento deste estabelecimento, embora Karcan refira terem sido vendidas a alemães, franceses e ingleses que as exportavam para a América, África e Indonésia entre 1600 e 1750, alargando as cronologias sugeridas pelo espólio associado⁸⁴.

⁷⁹ Margareth KARCAN, *The History of Beads: from 30000 b.C. to the present*, N. York, Dubin, 1987, p. 107.

⁸⁰ Devido ao perigo de incêndio, os artesãos são deslocados, em 1292, do centro de Veneza para Murano e apenas a partir de 1490 se produzem estas contas. Em 1592, devido à evolução das técnicas de fabrico, são transferidos novamente para Veneza (Conceição RODRIGUES, «Contribuição para o estudo de contas de vidro de origem mediterrânica recolhidas na baixa pombalina de Lisboa» in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Padrão dos Descobrimentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, pp. 249 e 250).

⁸¹ Jorge CUSTÓDIO, *A Real Fábrica de Vidros da Coima [1719-1747] e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII – Aspectos históricos, tecnológicos, artísticos e arqueológicos*, Lisboa, IPPA, 2002, p. 23.

⁸² Embora a produção destas contas possa ter tido início em 1530 (W. G. N. SLEEN; *A Handbock...* cit., ver diagrama em anexo).

⁸³ A documentação existente nos arquivos da cidade permitiram reconhecer a existência de uma fábrica de contas de vidro, com autorização para produzir «rosários» desde 1613 e que empregava seis famílias alemãs (W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 108 e Thea Elisabeth HAEVERNICK, *Revista...* cit., pp. 20 e 21).

⁸⁴ Margareth KARCAN, *The History...* cit., pp. 112 e 113.

Apesar de Sleen não reconhecer qualquer diferença formal ou a nível da composição, entre os originais produzidos em Itália e aqueles encontrados na Holanda, a observação de algumas colecções suscitou-nos alguma relutância em aceitar este facto. Através das fotografias que nos foram dadas a observar de exemplares holandeses verificámos que, pelo menos em relação às produções italianas mais antigas (1490-1600⁸⁵), estas mostram formato mais arredondado, sem duplo chanframento ou pouco pronunciado.

Durante o Período Moderno existiram outros centros produtores de contas de vidro, como as oficinas da Boémia (desde 1548) e Morávia, onde se imitaram os exemplares venezianos, nomeadamente as denominadas «chevron». Estas foram exportadas para a Rússia, Escandinávia, Holanda, França, Inglaterra, Espanha e mesmo para o império otomano a partir dos meados do séc. XVIII⁸⁶.

No que concerne a países como França, Espanha e Inglaterra não existem provas de que os mesmos terão produzido contas de vidro⁸⁷ e os exemplares utilizados por estes no comércio colonial provinham, provavelmente, de Veneza⁸⁸.

A divulgação da tecnologia italiana de produção vítrea é um facto inegável, mas tal não significou a proliferação de centros produtores de contas de estilo «chevron» e prismáticas, semelhantes aos exemplares em estudo. De facto, os únicos centro devidamente documentados além de Veneza são a Holanda e a zona da Boémia. Embora tenham sido criadas várias fábricas de vidro em França, Inglaterra, Alemanha, Holanda, Espanha e mesmo Portugal, que faziam uso das técnicas italianas, não se conhecem pormenores acerca da possibilidade de aí se produzirem estes artefactos.

Antes de especularmos sobre a origem das contas encontradas em contextos nacionais e em espaços colonizados por portugueses, importa explorar as hipóteses das mesmas serem produzidas em Portugal.

Os estudos desenvolvidos por Jorge Custódio, sobre a produção de vidro no nosso país, fornecem-nos dados inéditos e com relevância para este trabalho⁸⁹.

Como já referimos anteriormente, a perda do monopólio italiano dá origem à proliferação de estabelecimentos fabris de vidro, e Portugal não seria excepção, assimilando novos conhecimentos técnicos e recorrendo, numa primeira fase, à mão-de-obra especializada de mestres italianos e mais

⁸⁵ Margareth KARCAN, *The History...* cit., p. 117, n.º 1 e W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., conta n.º 39 do diagrama em anexo.

⁸⁶ Margareth KARCAN; *The History...* cit., pp. 11 e 112.

⁸⁷ Embora alguns autores considerem Espanha como centro produtor de contas de vidro, provavelmente baseados no aparecimento das denominadas contas *Nueva Cadiz*, não existirem bases para tal fundamento resultando, essa terminologia, do facto de terem sido encontradas pela primeira vez na cidade que lhes dá o nome.

⁸⁸ Margareth KARCAN, *The History...* cit., p. 114.

⁸⁹ Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit.

tarde de ingleses, irlandeses, alemães e da Boémia, onde estes já haviam sido divulgados há mais tempo e onde se haviam procedido a aperfeiçoamentos⁹⁰.

Durante o séc. XVII e XVIII, laboravam, no nosso país, 14 fornos de vidro, dos quais mais de metade fazia uso de técnicas venezianas⁹¹:

a) tradicionais e venezianas – A construção do forno da Quinta do Côvo foi autorizada por alvará de 1528, e apesar de ter funcionado até 1924, a influência italiana ter-se-á registado apenas a partir de 1793, altura em que os dois fornos são reformados de acordo com as novidades tecnológicas. Este estava implantado em terras dos Condes de Santa Maria da Feira e funcionou sob a orientação do mestre Pero Moreno ou Pero Fernandes, que terá iniciado uma linhagem de fidalgos-vidreiros. A sua produção era sazonal e a sua qualidade não se equiparava às produções italianas ou mesmo de outros centros portugueses. Estas caracterizavam-se por mostrarem uma coloração esverdeada e as tipologias conhecidas excluem as contas;

b) venezianas – forno de São Pedro Paulo em Vila Viçosa, construído entre 1601 e 1607 e que teve actividade até 1683;

- forno de Luís Vernes de Abrantes, que funcionou entre 1680 e 1689;
- fábrica de Francesco de Costa, natural de Altare, centro vidreiro mais aberto à divulgação das técnicas⁹². Este estabelece-se, em 1686, na zona ocidental de Lisboa e as suas instalações poderão corresponder às que foram posteriormente compradas por Jacome Ratton em Alcântara onde se produziam vidros. Desconhece-se a data do seu encerramento e funcionou, pelo menos, até 1806;
- fábrica de Vidro Branco Cristalino de João Pinto Pereira & Irmão, em Melres, que funcionava já em 1691 e que encerra em 1694;

c) venezianas, francesas,

boémias e inglesas – Fábrica de Vidros Cristalinos e Espelhos da Coina (1719-1747);

- a Fábrica dos Vidros de John Beare, na Marinha Grande (1747-1767);
- Real Fábrica dos Vidros (Stephens), na Marinha Grande que abriu em 1769 e laborou sob esta administração até pouco depois de 1826.

A avaliar pelos dados apresentados pelo investigador, somos obrigados a ponderar a hipótese de se produzirem, entre outros objectos de imitação italiana, contas semelhantes à que estudamos. Não obstante, não conhecemos a produção da maior parte dos estabelecimentos e as poucas referências à mesma, indiciam que se destinavam ao «uzo dos Povos»⁹³, entendendo-se

⁹⁰ Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 21.

⁹¹ Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., pp. 50-57.

⁹² Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 68

⁹³ «(...) e depois que em Portugal se frequentarão vidros estrangeiros decaíam, e se extinguíram as fabricas que haviam na villa de Mouta e outras partes em que se faziam vidros para uzo e serviço dos Povos e em que se accupavam as gentes que as faziam laborar» B.N, Colecção Pombalina, fls. 142-150 (Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 279).

como tal, as classes mais baixas da população, o que contraria o facto das contas aparecerem, em Portugal, em contextos relacionados com as classes privilegiadas. Na verdade, as produções nacionais seriam em escala muito reduzida e insuficientes para abastecerem o mercado interno, facto que poderá estar relacionado com a necessidade de importar mão-de-obra e matérias-primas, bem como de grande quantidade de combustível vegetal que esta actividade implicava e que criaria problemas ao abastecimento de lenha das cidades onde estavam implantadas, como seria o caso de Lisboa⁹⁴.

Contrariando esta tendência, encontram-se as produções da Real Fábrica de Vidros da Coina, criada com o objectivo de fazer frente ao monopólio italiano, «onde o país ia buscar os vidros necessários para a mesa e salões dos príncipes, nobres e para os lugares de culto da aristocracia religiosa»⁹⁵. Para tal, recorreu-se à contratação de oficiais naturais deste país, nomeadamente de Murano, como o mestre de potes Jacob Burnello⁹⁶. A intervenção arqueológica e investigação histórica aí realizadas, revelaram alguns dados sobre as tipologias produzidas, mencionando, entre outras, contas e canutilhos. No que concerne às primeiras, não podemos acaecerar que se tratem das complexas contas «chevron» ou de outros tipos exportados para territórios coloniais. No catálogo apresentado na obra supracitada, não consta qualquer exemplar do género mas, como o próprio autor afirma, foi intervencionada apenas 25% do total da área da fábrica e esta permitiu alargar a lista de tipologias mencionadas na documentação⁹⁷. É possível que posteriores intervenções possam introduzir novos dados acerca desta matéria, porém, neste momento não nos é possível retirar qualquer conclusão. A produção de «canutilhos», poder-nos-ia induzir a uma associação com as contas prismáticas todavia, aqueles referem-se, na verdade, a pequenos tubos de vidro usados para enfeitar e guarnecer o vestuário feminino e as dimensões das contas prismáticas parecem-nos ser demasiado grandes para se destinarem a este fim.

A origem das contas encontradas em Portugal e nas nossas ex-colónias é ainda indeterminada e o nosso objectivo foi explorar todas as possibilidades.

Mediante a análise das fontes históricas, concernentes à origem dos produtos utilizados como moeda de troca no comércio africano, verificamos o recorrente recurso à importação⁹⁸, nomeadamente de contas. No reinado

⁹⁴ As queixas da população lisboeta contra as fábricas de vidro são registadas em 1744 numa Representação da Fábrica de Vidros da Coina ao Conselho da Fazenda. B.N, Colecção Pombalina, fls. 142-150 (Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 276).

⁹⁵ Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 23.

⁹⁶ Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 49.

⁹⁷ Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 157.

⁹⁸ «As mercadorias com que os portugueses adquiriam o ouro, escravos, especiarias, etc., só em parte eram de produção nacional (...)» (Magalhães GODINHO, *Economia dos descobrimentos henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa, p. 209).

de D. João são descritas as «contas amarelas e verdes de Nuremberg»⁹⁹ levadas para a Guiné¹⁰⁰, e sabe-se que da Flandres eram importadas «pequenas contas»¹⁰¹.

Sem embargo, os objectos descritos são muito distintos daqueles que nos propusemos estudar e desconhecemos qualquer referência que ateste a importação ou produção nacional dos mesmos.

Os resultados da nossa investigação levam-nos a sugerir algumas possibilidades, as quais devem ser encaradas enquanto tal, por carecerem de estudos mais aprofundados.

Os fundamentos para uma produção nacional contam com as limitações já referidas e esta hipótese assenta, apenas, no facto de existir uma forte influência italiana nas produções nacionais e na necessidade de um grande volume destes objectos, no contexto do comércio colonial. A existência de um mestre de potes de Murano que poderia, eventualmente, produzir exemplares segundo o mesmo modelo e técnica aplicados nas contas e que as pudesse fabricar, não passa de mera suposição que, a não descartar, dificilmente se poderá aceitar nesta fase da investigação. A menção ao facto dos exemplares encontrados no continente americano (Louisiana de 1731-63, Florida, Tennessee, Mississippi e Venezuela), vendidos por espanhóis, serem adquiridos pelos mesmos a comerciantes ingleses, franceses, alemães e portugueses¹⁰² não constitui prova suficiente e os portugueses poderão ter desempenhado o papel de meros intermediários.

Parece-nos mais plausível que estes objectos sejam importados, muito provavelmente de Itália, onde está documentada a compra de vidro por portugueses (não referindo especificamente contas¹⁰³), entre outros produtos levados para as colónias como moeda de troca, nomeadamente «panos finos»¹⁰⁴, pelo que não seria de estranhar a aquisição de contas para o mesmo efeito. Fundamentando esta possibilidade, encontra-se a associação

⁹⁹ No reinado de D. João II, após ter terminado a concessão feita a Fernão Gomes em 1475, a coroa tinha o monopólio «...da exportação para a Guiné de cavalos, tapetes, tela, panos de Irlanda e Inglaterra, armas brancas, estanho, bacias de cobre ou de estanho, conchas das Canárias, contas amarelas e verdes de Nuremberg, e manilhas de latão» (Magalhães GODINHO; *Economia...* cit., p. 206).

¹⁰⁰ Magalhães GODINHO, *Economia...* cit., p. 206 e 209.

¹⁰¹ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 83.

¹⁰² Margareth KARCAN, *The History...* cit., p. 217.

¹⁰³ Numa referência às importações portuguesas de Itália na imprensa estrangeira diz-se «(...) du Ris de Piémont & Venisse, de la Fayance, des Glaces & de la Verrene, & quantité de Corail travaillé & brad, prope pour envoyer à Goa» (Humbert, Chez PIERRE, *Descripción de la ville de Lisbonne ou l'on trait de la cour de Portugal, de la langue Portugaise, & des Mœurs des Habitants, du Gouvernement, des Revenus du Rois, & d ses Forces por Mer & par Terre; des Colonies Portugaise, & du Commerce de cette capitale*, 1730, pp.217-218 e Jorge CUSTÓDIO, *A Real...* cit., p. 271).

¹⁰⁴ «A cada instante chegam [a Tomboctu] longas filas de pretos acartando o ouro em quantidade tal que não consegue vender-se todo. Esses negros compram ávidamente e em consideráveis quantidades os artigos do Norte – panos europeus, incluindo os mais finos tecidos de Veneza (escarlate, azuis, violetas), armas, cavalos (...)» (GODINHO, 1962, p. 184).

de algumas famílias, em cujas propriedades foram encontradas as referidas contas, com Veneza. A Quinta das Lapas terá pertencido à família do Beato Amadeu, cujos contactos com Itália onde «tão grande fama conquistou»¹⁰⁵, poderão estar relacionados com a presença das contas. Estas aparecem associadas a «cylindros» (contas estilo *nueva cadiz*¹⁰⁶), «discos de vidro escuro», referindo-se às contas opacas de cor negra, cuja produção é também conhecida em Veneza.

Contextos em que eram utilizadas

As denominadas contas *chevron* e de estilo *nueva cadiz* surgem, frequentemente em contextos nacionais, em embrechados, decorando residências nobres, muitas vezes em capelas e cascatas nos jardins, ou em edifícios religiosos. Estas estão, normalmente, associadas a cerâmica de luxo, nomeadamente pratos de faiança portuguesa, italiana ou mesmo porcelana da Companhia das Índias e que poderão funcionar como indicador cronológico aproximado para a datação das contas, uma vez que se poderiam tratar de peças mais antigas, guardadas e utilizadas como elementos decorativos parietais.

Em muitos casos, verifica-se que as mesmas foram intencionalmente quebradas, como verificámos na Capela de N.^a Sr.^a da Conceição em Alcáçovas e como refere Estácio da Veiga quando se reporta ao convento de Chelas¹⁰⁷. De facto, estamos em crer que o método utilizado seria muito idêntico, comprovando-se a utilização de uma argamassa de areia fina e cal para ligar as contas.

Apesar das nossas tentativas de visualizar os edifícios onde estas se encontram ou encontravam, tal só nos foi possível em Alcáçovas onde constatámos a existência de uma capela e jardim adjacente repletos de composições geométricas e figurativas formadas com faianças, pedrinhas e contas do estilo *chevron* e *nueva cadiz*, bem como outro modelo para o qual não encontrámos paralelos.

As construções em que se conhece a sua utilização apresentam datações que se enquadram no período cronológico entre finais do séc. XVI e a primeira metade do séc. XVIII e os seus proprietários são famílias nobres com alguma ligação aos territórios conquistados na Índia e em África. Este parece-nos um dado importante, uma vez que eram pessoas que estavam familiarizadas com o trato colonial e teriam contacto directo ou indirecto com estes objectos.

¹⁰⁵ Gabriel PEREIRA, *Pelos...* cit., p. 286.

¹⁰⁶ Assim designadas por terem sido encontradas, pela primeira vez, em Nueva Cadiz.

¹⁰⁷ «(...) foram intencionalmente partidas para assim poderem chegar para as linhas de guarnição do arco do nicho» (Estácio da VEIGA, *Antiguidades...* cit., p. 263).

O gosto pelo exótico, espelhado nas faianças e porcelanas com que normalmente aparecem associados e na própria técnica decorativa, poderá indicar um desejo de ostentação e um certo estatuto social. Não esqueçamos a componente simbólica atribuída aos indivíduos que haviam combatido no Norte de África, que possivelmente terá motivado a exaltação da figura do ascendente que combatera em terras africanas, nas paredes do jardim da capela de Alcáçovas. Esta mostra uma decoração de embrechados onde estão presentes as contas *chevron* cilíndricas duplamente chanfradas, bem como contas prismáticas de faces planas e torcidas. Mais tarde, a participação na empresa dos descobrimentos, que proporcionaria a ascensão social de oficiais, conduziu ao desenvolvimento de uma mentalidade que exaltava às demonstrações de riqueza pessoal, e a ostentação deste tipo de espólio permitiria uma identificação simbólica à antiga nobreza que se dedicara à conquista.

Devido à sua condição social e contacto com os espaços imperiais portugueses dos proprietários destas contas, não será de estranhar que conhecessem os centros produtores e os meios para as adquirir. Semelhante situação poderemos alegar para justificar a sua presença em edifícios religiosos, quer por presença de membros da ordem nos espaços coloniais, para evangelização das populações locais, quer como doação de nobres às instituições clericais.

Ao contrário do que afirma Conceição Rodrigues, não creio que a sua existência em contextos nacionais se justifique apenas pela presença de escravos que, supostamente as continuariam a usar ao pescoço como forma de identificação étnica, nas casas ou oficinas onde trabalhavam. É possível que alguns destes objectos, encontrados isoladamente, possam efectivamente ter pertencido a escravos, mas não nos parece provável que a enorme quantidade de contas em embrechados se possa justificar apenas pela componente indígena africana. Estas são peças claramente adquiridas pelos proprietários para este efeito concreto, não se conhecendo, na época, o seu uso como conta de colar por europeus¹⁰⁸.

Corroborando a hipótese por nós levantada, tivemos conhecimento de que também na Holanda, os homens dedicados à pesca da baleia que mais tarde acabavam por se integrar nas grandes rotas comerciais, apreciavam estes adornos. Ao regressarem à sua terra natal costumavam trazer consigo objectos utilizados no trato com os indígenas e, ao chegar, construíam casas com as chamadas *commandeurshuijes* ou «contas de comandante».

Outra aplicação conhecida para este espólio se registou na Alemanha onde contas holandeses decoram, de modo original, pequenos espaços ajardinados de antigas aldeias. Em torno de pedestrais que exibiam a figura de

¹⁰⁸ Uma análise iconográfica, com base em pinturas da época portuguesas e de outros países europeus permitiu-nos verificar que, ao contrário do que frequentemente se afirma, as contas de vidro eram utilizadas por mulheres de classes mais baixas que as exibiam em pulseiras como por crianças de classes superiores. Não obstante, nas representações observadas não identificámos estas duas tipologias estudadas.

um anjo com trombeta, delimitavam-se pequenas circunferências com interior revestido de uma areia muito fina e sobre a qual se colocavam secções de contas *chevron*. Dado curioso é o facto de, inversamente ao que sucedia nos embrechados, em que se pretendia exhibir de forma permanente este tipo de decoração, os mesmos não eram fixos por argamassas e destinavam-se a poder ser movidos de modo a se formarem distintas composições decorativas¹⁰⁹. Desconhecemos se existirá algum significado simbólico subjacente a esta arte efémera, talvez uma alusão à fragilidade da vida reforçada pela presença do anjo protector ou, anunciando pela trombeta a diversidade de possibilidades que esta oferece. Hoje em dia, já não é possível observar esta arte que terá, em tempos contemporâneos, substituído as contas por flores, numa clara alusão ao desenho da secção das contas.

No que concerne ao espólio proveniente do Palácio dos Marqueses de Marialva, as condições do achado, em estratos anteriores ao terramoto ou de entulhos resultantes do mesmo, não nos permitem retirar conclusões acerca dos locais onde terão sido empregues.

As contas de vidro foram também bastante apreciadas por algumas comunidades de países africanos, sendo que os europeus tiveram a capacidade de avaliar o gosto local de modo a responder ao mesmo, com uma oferta que ia de encontro aos padrões estéticos apreciados¹¹⁰. Este comércio agradaria a ambas as partes, e se por um lado, as elites locais gostavam de exhibir estes elementos de prestígio, uma vez que constituíam objectos exóticos, eles permitiam alcançar grandes lucros aos comerciantes europeus, com uma margem de valorização de 1000% em 1632¹¹¹. Os dados que possuímos para o caso português são substancialmente inferiores. Em S. Jorge da Mina com as «contas azuis» trocadas, entre outros objectos: «Os portugueses faziam lucros avultadíssimos: calculava Duarte Pacheco que neste trato se ganhava cinco por um e mais – lucros de 400%; para os pretos o preço das mercadorias que compravam era superior pelo menos 33% ao que custavam em Portugal»¹¹².

O uso deste produto como moeda de troca está devidamente documentado e o seu valor terá sofrido algumas variações em consequência do tipo de mercadoria que se pretendia adquirir em determinada zona. Sabe-se, por exemplo que chegaram a ser trocadas por duas vezes e meia o seu peso de ouro em pó, ou inclusivamente por escravos, dado o valor mágico-religioso que lhes era atribuído.

Para Angola eram exportados pequenos e estreitos tubos de vidro, referidos na documentação como contas da Flandres¹¹³, objectos que surgem

¹⁰⁹ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 112.

¹¹⁰ Margareth KARCAN, *The History...* cit., p. 106.

¹¹¹ Margareth KARCAN, *The History...* cit., p. 106.

¹¹² Magalhães GODINHO, *Economia...* cit., p. 202.

¹¹³ Esta referência foi retirada da obra de Sleen que nega a possibilidade das contas serem realmente da Flandres por ignorar a existência de centros produtores que, hoje em dia, são do conhecimento geral. (W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 83).

também na colónia alemã do Cabo da Boa Esperança, em 1651, quando os indígenas recusam recebê-las como forma de pagamento pelo resgate de homens.

As contas *chevron* de formato cilíndrico e de grandes dimensões são introduzidas no continente africano em finais do séc. XVII/inícios do séc. XVIII e o seu uso prolongou-se até ao século seguinte, como moeda de troca para a compra de escravos, sendo o pagamento em contas correspondente a uma porção equivalente à circunferência desenhada pelo seu ventre. Estas continuariam a ser usadas, com um significado simbólico importante, no séc. XX¹¹⁴.

Contrariando a tendência registada em Portugal, para a utilização destes objectos, sobretudo, como elemento decorativo de estruturas arquitectónicas¹¹⁵, eles eram utilizados como símbolo distintivo. De facto, na Rodésia, elas eram conhecidas como «contas de embaixador» e haviam sido ofertadas aos feiticeiros/chamãs enviados aos montes Matopo, para se aconselharem com o deus Matabel¹¹⁶.

Também as contas enroladas poderão ter sido exportadas para África pelos portugueses uma vez que os exemplares mais antigos encontrados na África Ocidental apresentam cronologias posteriores à chegada dos navegadores portugueses. Estas seriam produzidas no séc. XIV em Tell el Amarna e mais tarde no Egipto e no Mediterrâneo. Sem embargo, a sua presença também não se regista na Índia antes do séc. XVI a.C.¹¹⁷.

A partir do séc. XVI, as contas enroladas começaram a ser exportadas para as zonas Ocidental e Sul do continente africano, produzidas em vidro branco de pasta opaca e em pastas translúcidas, de diversas cores: rosa, verde, laranja e azul, sendo as últimas as mais raras e as que encontramos no contexto arqueológico em estudo. Segundo Sleen¹¹⁸ estas poderão ter sido as primeiras contas importadas pelos portugueses provenientes de contextos europeus, abandonando-se a compra destes objectos no tráfego do Índico. Tal poderá estar relacionado com a perda de Negapatão, integrado no império colonial alemão em 1660 e obrigando os portugueses a procurar outro tipo de contas que pudessem ser empregues como moeda de troca em África.

A sua presença no Palácio dos Marqueses de Marialva, por cima das lajes da cozinha do séc. XVIII – correspondendo, possivelmente, a um estrato de sedimentos arrastados pelas águas utilizadas para apagar o fogo, que terá tido lugar na sequência do terramoto – poderá indicar um uso semelhante aos das contas anteriormente descritas. À excepção do arqueossítio em análise, estas contas não foram ainda detectadas em associação com as outras

¹¹⁴ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 85.

¹¹⁵ Não está documentado o seu uso como adorno exposto no corpo até à década de 30 do século passado.

¹¹⁶ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 85.

¹¹⁷ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 81.

¹¹⁸ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 83.

estudadas neste capítulo. Todavia, tal facto poderá decorrer, no caso de embrechados, de uma observação menos cuidadosa e de uma tendência para sobrevalorizar a importância das contas polícromas, e em menor escala, as prismáticas. De facto, encontramos em Alcáçovas outras contas ou gemas de vidro, de modelos ainda não estudados em Portugal, embora nenhum se assemelha às contas torcidas.

No que concerne às restantes contas azuis, poderemos sugerir que tivessem a mesma finalidade que as anteriormente mencionadas. Estas têm uma forma e cor muito recorrente desde a antiguidade, encontrando-se em contextos tão recuados como são as estações arqueológicas proto-históricas. À semelhança do grupo anterior, a inexistência de uma análise dos componentes utilizados na elaboração do vidro não nos permite estabelecer conclusões significativas e uma vez encontrado em contextos pré-terramoto do palácio, poderemos admitir a sua utilização como conta de colar por elementos de classe social inferior – uma vez que nas classes mais altas os adornos em vidro eram essencialmente imitações de pedras preciosas – ou integrando embrechados. Só mais tarde o vidro conquistaria o apreço de nobres, e no quadro pintado por Nordgren, em 1837, «Emilie Hogquist», exibe um par de brincos e um enorme colar de contas de vidro prismáticas¹¹⁹. Porém não tivemos acesso a uma cópia a cores do mesmo e não pudemos identificar a cor das contas que se pareciam muito com a de secção circular que integra este estudo.

O significado simbólico no período contemporâneo – uma visão antropológica

Explorado o seu significado e importância económica quer no espaço peninsular como europeu ou mesmo colonial, onde o seu preço era altíssimo e se manteve até inícios do séc. XX, iremos debruçar-nos sobre a sua aceção na sociedade actual.

Ignorando os preconceitos que fazem da antropologia uma ciência das comunidades indígenas ou de meio rural, supostamente depositárias de tradições ancestrais, pretendemos com esta pequena introdução, mostrar que é perfeitamente exequível conjugar a investigação historico-arqueológica com o desenvolvimento da antropologia de contextos contemporâneos, sem que isso signifique uma associação directa com o passado, mas mesmo assim pertinente.

O que nos parece relevante não é partir do presente para, a partir daí formular premissas acerca do passado, mas mostrar que as sociedades evoluem e com elas a cultura material, que se adapta ao novo mundo psicológico de uma sociedade específica e que varia quando o contexto é distinto.

¹¹⁹ François BOUCHER, *20 000 years of Fashion*, N. York, ed. Abrams, 1987, fig. 915.

A importância dada às contas em África seria diversa daquela que se manifestaria na Índia, na América ou na Europa, onde os padrões culturais se aproximam, mas apresentam variantes interessantes como constatámos no caso dos embrechados portugueses em relação às composições na areia na Alemanha. A oposição entre eterno e efémero, bem como espaço privado e público revelam-nos duas sociedades muito distintas: a primeira mais conservadora e individualista em oposição à segunda, em que as manifestações artísticas de cariz público são mais relevantes e onde a constante necessidade de adaptação às mudanças está patente na imposição de que nada é definitivo e pode ser facilmente mutável, à semelhança do que sucedia com as contas.

No que concerne aos ambientes externos, não nos aventuramos a tecer maiores considerações, relevando apenas o facto de que, mesmo nos espaços coloniais, a presença destes elementos em contextos funerários ou de estabelecimento de contacto directo do chamã com a entidade divina, sugerem uma importância relevante do mesmo na sociedade e na relação com o sobrenatural.

Em Portugal a situação não será muito distinta. A religião é sempre uma interpretação pessoal e apesar de existirem igrejas institucionalizadas, como a católica, com clara maioria no país, não afiançamos que todos os crentes partilhem as mesmas crenças, mas defendemos que as superstições alheias à religião instituída são um factor marcante na vida de cada indivíduo, mesmo daquele que se diz ateu ou agnóstico. As superstições e os mitos são algo intrinsecamente social e respondem a necessidades de natureza distinta: ecológica, económica ou mesmo relacionada com o constrangimento de dar continuidade à espécie, que se revestem de formas diversas consoante o grupo social. O uso da figa, o simbolismo da cor branca e negra ou as restrições alimentares como o caso da laranja, citrino cujo consumo consideramos ser nefasto à noite, não são elementos do passado mas dogmas criados pela nossa sociedade e perfeitamente actuais.

As contas *chevron*, exclusiva tipologia que iremos abordar neste capítulo, por ser a única para a qual dispomos de suficiente número de dados, possuem características morfológicas e cromáticas que lhe conferem especial significação em Portugal. As oficinas que se dedicaram à produção destes objectos responderam às exigências do mercado, e em contextos nacionais, apenas se verificou a existência de um padrão cromático onde predominam as cores branco, vermelho e azul/verde. Este é substancialmente distinto daqueles que aparecem em maior quantidade no continente africano, onde as cores verde e amarelo ou preto e vermelho conquistaram maior adesão, o que estará directamente relacionado com o simbolismo da cor e o efeito que se pretendia obter com o uso do objecto.

Atentemos ao panorama nacional, cujo estudos etnográficos realizados por Serpa Pinto e Leite de Vasconcelos, já citados, se detêm sobre o simbolismo cromático de duas destas contas depositadas no actual Museu Nacional

de Arqueologia e que ainda se encontravam em uso por dois elementos femininos. Neste caso verificou-se que a designação geral de azul é substituída pelo étimo «azeviche», embora este não seja efectivamente azul mas sim negro. Tal poderá derivar de uma tentativa de associar a tonalidade azul escura da peça a um elemento ao qual são atribuídas propriedades contra encantos, ligamentos, todo o género de feitiços, mau-olhado e quebranto¹²⁰ considerando-se, desde tempos recuados, que «o perfume do azeviche afugenta os demónios»¹²¹. Alguns exemplares de contas *chevron*, identificadas no nosso país, são descritas como ostentando também uma tonalidade verde, designada de «anil» e desconhecemos qual o significado subjacente a esta associação.

A designação de leite para referir o branco está relacionada com a função reprodutiva e de amamentação. Na verdade, as contas de cor branca são denominadas de «conta de leite», «leituário», entre outras, reportando-se à propriedade de evitar que a mulher grávida não consiga produzir leite para amamentar, bem como a de evitar que os bebés contraíam abcessos durante o período de amamentação¹²².

No que concerne ao vermelho a seu significado parece ser mais evidente, não se recorrendo a outro termo para o designar. De acordo com o protocolo iconográfico cristão, o vermelho está associado ao Espírito Santo, bem como a valores de amor, caridade e castidade (FILHO; 1997, p. 114). No Antigo Testamento ela expressa também o poder real, é a cor com que Jesus aparece a Isaías (Isaías, 63,1), bem como do sangue redentor de Cristo. Na «Última Ceia», pintada por Fontanelo, o encarnado é utilizado como expressando fins profiláticos contra a peste e outras doenças. Não será, portanto, de estranhar o uso das contas em estudo com o mesmo fim. Tal facto é corroborado pela representação, em pintura, de contas de coral ao pescoço de jovens, nomeadamente num quadro de Domenico Ghirlandaio, propriedade do Museu Calouste Gulbenkian e para o qual nos adverte Maria José Palla¹²³, assim como no pulso de idosas como identificámos no quadro «Cristo em casa de Maria e de Maria» de Diego Velázquez, em que a personagem ostentava uma pulseira de pequenas contas onde alternava duas vermelhas com três brancas. Esta associação parece-nos pertinente uma vez que o branco, também presente nas *chevron*, é associado ao Pai e à fé¹²⁴.

¹²⁰ A importância deste mineral como elemento profilático seria de tal modo importante que se chega a escrever que «o azeviche tem o primeiro lugar entre todas as cousas que se numeram para não receber o quebranto, assim tomando os fumos d'elle como trazendo-o cada um consigo» (Leite VASCONCELLOS, *Religiões...* cit., pp. 137 e 138).

¹²¹ Serpa PINTO, *Etnografia...* cit., p. 5.

¹²² Serpa PINTO, *Etnografia...* cit., p. 6 e 7.

¹²³ Maria José PALLA, *Traje e pintura: Grão Vasco e o Retábulo da Sé de Viseu*, Lisboa, Estampa, 1999, p. 80.

¹²⁴ João Lopes FILHO, *O corpo e o pão: o vestuário e o regime alimentar cabo-verdianos*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1997, p. 114.

No que concerne ao azul parece estar associado ao Filho¹²⁵ e à Virgem¹²⁶, sendo largamente aplicado na pintura religiosa.

De especial interesse se reveste o verde, com significado ambíguo. O mesmo «evocava a fecundidade, o viço das plantas e a esperança» mas em associação com o amarelo «ambos assinalavam os marginais, as prostitutas, os judeus e os traidores»¹²⁷. As *chevron* encontradas em Portugal mostram paleta cromática composta que alia o vermelho ao branco, azul e em alguns casos, o verde e este nunca surge com amarelo, ao contrário dos exemplares exportados para o continente africano onde as contas listadas, verdes e amarelas, eram bem aceites. Não sabemos se este será um acto intencional ou uma mera coincidência, mas pareceu-nos relevante advertir para esta possibilidade.

É provável que a escolha das cores pelos fabricantes não tenha sido intencional e que durante o período moderno, em que foram largamente utilizadas quer no trato colonial, como elemento embrechado de edifícios grandiosos, não fosse feita esta associação, o que justificaria o facto de não se conhecer o seu uso pelas damas da corte, nem por membros do povo. Importa mencionar que a única fonte de que dispomos para o comprovar são as representações pictóricas e que as camadas populares raramente se fazem representar nas mesmas com maior detalhe, aparecendo apenas integradas em cenas complexas, que não nos permitem averiguar tal facto. Só em período contemporâneo ela está devidamente documentada, e a confirmar-se esta hipótese, a sua significação terá sido conferida mais tarde, por aqueles que, em circunstâncias desconhecidas, as empregavam por lhes reconhecerem características que, na sua sociedade, neste caso portuguesa, gozavam de uma importância simbólica.

Estas contas designadas «de quebranto» eram, portanto, utilizadas ao peito de mulheres e a sua eficácia atestada pelo facto de apresentarem fracturas, prova de que o mal que ameaçou o seu proprietário passara para a conta¹²⁸. Não estamos seguros de poder extrapolar este princípio para os embrechados, compostos maioritariamente por fragmentos e apenas alguns exemplares intactos, mas pensamos ser uma hipótese a considerar.

2. Conta hexagonal em vidro azul

Este tipo de conta corresponde, provavelmente ao primeiro executado pela técnica de molde¹²⁹. A sua forma é muito recorrente desde o Período Romano¹³⁰ até à actualidade, podendo ver-se em «sites» de venda de contas

¹²⁵ João Lopes FILHO, *O corpo...* cit., p. 114.

¹²⁶ Maria José PALLA, *Traje...* cit., p. 80.

¹²⁷ Maria José PALLA, *Traje...* cit., p. 80.

¹²⁸ Serpa PINTO, *Etnografia...* cit., p. 5.

¹²⁹ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 140.

¹³⁰ W. G. N. SLEEN; *A Handbock...* cit., diagrama em anexo.

de colecção, alguns exemplares produzidos durante o séc. XIX e inícios do século passado. Pelo contexto arqueológico em que aparece inserida, pertencendo já ao período de ocupação de palácio como «casebres», pensamos poder tratar-se ou de uma produção nacional, ou de importação. Durante os finais do séc. XIX e inícios do século posterior, estas contas continuam a ser muito comercializadas, conhecendo-se algumas companhias comerciais holandesas, alemãs e inglesas¹³¹.

3. Conta pentagonal em vidro branco

Ao contrário do exemplar anterior, este mostra características de fabrico mais antigas, com formas irregulares e polígono mal definido. O mesmo foi exumado no esgoto da cozinha do séc. XIX, no entanto, pensamos ser anterior ao mesmo, encontrando-se paralelos datados do séc. XVII nas produções de Amesterdão¹³². Tal poder-se-á justificar pelo reaproveitamento das canalizações do palácio onde, supostamente, terão ficado depositados artefactos correspondentes a esse período de utilização.

4. Gemas de vidro lapidado

A colecção em estudo é composta por trinta e cinco exemplares de gemas de vidro¹³³. Conquanto se possa estabelecer uma divisão quer no que concerne à cor, como à forma, pare-nos que estas devem ser tratadas como um grupo uniforme, uma vez que foram encontradas juntas, e provavelmente, terão desempenhado a mesma funcionalidade, ou até ter integrado a mesma peça ou conjunto.

No que concerne ao seu *design*, elas assemelham-se a uma pedra ou diamante lapidado, normalmente integradas em jóias. Como tal, cabe-nos fazer uma pequena introdução acerca do contexto em que estas surgem na Europa e inseri-las no período crono-estilístico em que se enquadram.

Segundo Lewis, podem distinguir-se dois grandes períodos no que concerne a este tipo de objecto e que têm como referência o aparecimento do diamante lapidado¹³⁴.

O diamante é conhecido na Europa desde o início da Idade Média, embora não fosse, na época, utilizado como adorno de jóias. Apenas no século XVI se viria a tornar um elemento dominante na joalharia europeia,

¹³¹ <http://cgi.ebay.com/Small-European-russian-Blue-Trade-Beads>.

¹³² W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 41 e 110.

¹³³ O termo utilizado em inglês par definir esta categoria de objecto é «paste», significando «vidro cortado com forma semelhante a uma gema» (R. D. S. LEWIS, *Antique Paste Jewellery*, London, Faber and Faber, 1970, p. 23).

¹³⁴ R. D. S. LEWIS, *Antique...* cit.

com especial incidência na portuguesa. A forma como é lapidado, à semelhança das pedras preciosas e semipreciosas, evolui ao longo dos tempos e está relacionada com uma tentativa de potencializar os efeitos de luz. A importância decorativa que adquirem enquanto elementos de adorno, conduzem à realização de imitações quer em quartzo transparente, frequentemente denominado de cristal, como de vidro incolor ou «paste», cuja produção se desenvolveu em Veneza no séc. XVI¹³⁵.

O grande valor que lhes era inculcado, torna-as autênticas peças de joalharia com grande difusão, sobretudo a partir dos inícios do séc. XVII. Se, no princípio, o seu fabrico era claramente um monopólio veneziano, em 1675 George Ravenscroft, de nacionalidade inglesa, inventa uma nova forma de fabricar este vidro, utilizando diferentes componentes. Deste modo, não nos é possível determinar, pelo menos nesta fase, a origem dos exemplares em estudo. Teríamos, para isso, de submetê-los a análises químicas ou visualizar um número suficiente de objectos de diferentes proveniências para podermos identificar elementos distintivos. Do mesmo modo que, em Inglaterra, surgiram produções que imitavam as italianas, é provável que o mesmo tenha acontecido em outras zonas da Europa, nomeadamente na Alemanha ou na Holanda, região na qual se sabe terem-se instalado mestres de vidro venezianos¹³⁶.

Não me parece que em Portugal tivéssemos uma indústria capaz de produzir este tipo de materiais. Tentámos averiguar a possibilidade de existirem alguns estabelecimentos que se pudessem dedicar a este tipo de produção analisando, para tal, grande parte da documentação referente a inscrições de fábricas e pedidos de patente, entre o ano de 1735 e meados do séc. XIX. Os resultados alcançados são significativos, uma vez que não encontramos qualquer estabelecimento com uma inscrição anterior ao terramoto, contexto cronológico dos artefactos em estudo. O única unidade produtiva em que nos pareceu viável sugerir a prática desta produção, data de 1778, altura em que Joseph Mendes da Fonseca solicita privilégio para abrir uma «Fábrica de polir e adiamantar vidro»¹³⁷. Facto especialmente relevante é a omissão da produção do vidro, sugerindo que seria comprado a terceiros e se dedicaria apenas ao tratamento final do objecto.

De 1786 é também a fábrica de José Luís da Silva, que montou um estabelecimento de «ourives com embutidos de pedras finas e outras peças de ornato»¹³⁸, não especificando que tipo de peça se trata, quer no que concerne ao seu formato, quer no material empregue.

¹³⁵ Embora já tivesse sido produzido durante o período imperial romano e depois votado ao esquecimento (R. D. S. LEWIS, *Antique...* cit., p. 25).

¹³⁶ R. D. S. LEWIS, *Antique...* cit., pp. 17-35.

¹³⁷ A.H.M.O.P; Junta do Comércio, L.º 9.

¹³⁸ Matos SEQUEIRA, *Depois do Terramoto – Subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, vol. IV, Lisboa, Academia das Ciências, 1934, p. 217.

Não me parece que estes dados sejam conclusivos quanto à origem da sua manufactura, e no que concerne à cronologia é, igualmente, difícil de apurar, embora saibamos que, pela tipologia formal, terá necessariamente de datar dos inícios do séc. XVIII. A forma como a peça se encontra facetada é posterior ao modelo inventado pelo veneziano Vincenzo Peruzzi, mas ainda se enquadra no período de transição, considerado por Lewis o qual termina no séc. XVIII, altura em que as pedras e vidro deixam de ter o verso decorado¹³⁹. Os exemplares estudados encontram-se guarnecidos de ambos os lados, e a par do contexto estratigráfico, uma vez que foram exumadas entre as cinzas provocadas pelo terramoto, parece-nos que poderão ter integrado objectos de ourivesaria.

O seu uso em colar, pulseira ou brinco, apresentar-se menos exequível, dada a grande dimensão dos mesmos, o que tornaria a peça demasiado pesada – embora se saiba que esta é uma realidade na joalharia moderna. Não encontrámos quaisquer paralelos para este tipo de complemento e apenas num alfinete decorado com ametistas observámos um talhe e dimensões semelhantes.

Neste contexto, parece-nos mais viável sugerir o uso das gemas de vidro lapidado em peças de mobiliário ou seja em custódias, relicários, ostensórios e resplendores para os quais encontrámos paralelos. As fotografias que acompanhavam os catálogos consultados permitiram identificar a forma que, a não ser igual, se parece muito à dos exemplares estudados¹⁴⁰.

Embora tentem imitar a forma de diamante, eles ainda não possuem uma perfeição aceitável ao nível da qualidade do vidro. Este não é suficientemente translúcido para poder ser confundido com um diamante, facto que seria contornado por Joseph Strass, em meados do séc. XVIII¹⁴¹.

As peças de mobiliário em ouro filigrano, com incrustações de vidro lapidado¹⁴² parecem ter sido comuns no nosso país, durante o primeiro período de ocupação do palácio, e uma peça de tal valor muito dificilmente seria posse de uma família que ocupou as instalações no período precedente, ainda que pudesse tratar-se de uma herança de família guardada.

¹³⁹ R. D. S. LEWIS, *Antique...* cit., pp. 31 e 32.

¹⁴⁰ Pertencentes ao Museu Nacional Machado de Castro, encontram-se uma custódia dos finais do séc. XVII/inícios dos séc. XVIII, com decoração incrustada composta por vidros de cor avermelhada e azul, um ostensório de 1714, decorado com quatro pedras transparentes e duas azuis, bem como uma relicário com dezasseis vidros e um resplendor com pedras lapidadas, ambos datados do séc. XVII (Simonetta Luz AFONSO (cord.); *Inventário da Colecção do Museu Nacional de Machado de Castro, Coimbra – ourivesaria séc. XVI e XVII*, IPM, 1992, pp. 85, 91, 134 e 250). Estes são objectos de dimensões consideráveis que chegam a ter até trinta e duas gemas de vidro lapidado, o que explicaria a presença, em contexto arqueológico de um número tão elevado destes objectos. A laça/pendente e o alfinete de ametista que integram a colecção do Museu de Évora, apesar de mostrarem pedras com semelhanças formais, as dimensões daquelas são muito inferiores (Isabel CORDEIRO (cord.), *Inventário do Museu de Évora – colecção de ourivesaria*, IPM, 1993, pp. 334 e 352) sejam estas de adorno pessoal ou, mais provavelmente, de mobiliário.

¹⁴¹ ALBERT, Smith e KENT, Cathryn, *The Complete Button Book*, New York, Doubleday & Company, inc., 1949, 1.^a ed., p. 4.

¹⁴² Priscila CARDOSO, *Filigrana Portuguesa*, ed. Lello, 1998, p. 68.

5. Conta de pedra

A pedra foi o primeiro material a ser utilizado na confecção de contas. Inicialmente feitas em matéria-prima semipreciosa, rapidamente se evolui no sentido da imitação, facto que conduziria ao aparecimento das primeiras contas em faiança no Egipto e Mesopotâmia ainda antes do terceiro milénio antes da nossa era¹⁴³. Não obstante, muitas terão sido elaboradas em materiais menos nobres, para o uso das camadas mais baixas da população, quer como adorno corporal, quer como de objectos de vestuário, ou mesmo de estatuetas, como as que se conhecem no continente africano.

O formato mostrado pela única conta em material pétreo é muito *estandardizado* e é-nos impossível determinar a origem ou cronologia e sugerir funcionalidades.

6. Conta em madeira

Nesta categoria enquadra-se apenas um único exemplar, muito fragmentado, o que advém da fragilidade de conservação desta matéria-prima. O seu formato semiesférico, com orifício transversal, não poderá servir de indicador cronológico, uma vez que, à semelhança da conta em pedra, este é muito genérico e desconhecemos a existência de paralelos em madeira. No entanto, a sua exumação no decorrer do desmonte da escada no sector Sudeste do edifício, parece-nos sugerir uma cronologia anterior ao terramoto. Esta é corroborada pela classificação de dois numismas encontrados no mesmo estrato arqueológico: 5 Reis de D. José, cunhados em 1752 e 1 Real de D. João III. Estamos, portanto, ante um dos raros casos em que a madeira se conserva em ambiente terrestre, facto especialmente relevante se atentarmos às reduzidas dimensões do objecto.

7. Conta em osso

As contas em osso constituem um conjunto de dimensões consideráveis (87 peças e 10 fragmentos sem colagem) de objectos de formato subcircular ou oval, achatadas e com ligeira curvatura, possuindo ao centro um orifício circular. As mesmas foram encontradas em contexto de cinzas, em associação com um numisma de D. João III, apontando para o contexto do palácio habitado pelos marqueses. A classificação destes artefactos como conta deve-se ao facto de, ainda que existissem pequenos botões no mesmo material, as suas imperfeições a nível formal e a inexistência de acabamentos, nomeadamente de polimento, não nos parecem sugerir o seu uso como botão.

¹⁴³ W. G. N. SLEEN, *A Handbock...* cit., p. 78.

As condições do achado também não o parecem corroborar, a não ser que se tratasse de uma caixa de costura onde seriam guardados. A sua aplicação numa única peça de roupa parece-nos muito pouco provável uma vez que estes eram usados, sobretudo, em roupa interior, o que não exigiria tal número de elementos.

A sua utilidade enquanto conta deveria estar condicionada às camadas mais baixas da população, pertencendo possivelmente à criadagem que servia os Marqueses de Marialva. Ainda que não tenham sido encontrados paralelos iguais, esta forma era usual em contas de vidro, como se poderá constatar no catálogo das que eram enviadas para África, que se conserva actualmente no British Museum¹⁴⁴.

Conclusões

A maior parte das contas estudadas pertence ao primeiro período de ocupação do palácio pelos Marqueses de Marialva e a dicotomia do seu valor simbólico é, à semelhança do que constatámos no uso de botões e fivelas, especialmente marcante. A expansão desta indústria pela Europa ocorre associada à expansão e a necessidade de oferecer produtos facilmente transaccionáveis por ouro, escravos e outros produtos, no continente africano e americano, terá levado os portugueses a adquiri-las, pelo menos inicialmente, para este fim específico. Segundo nos consta, a sua difusão não se cingiu a estes dois continentes e também na Ásia se conhece o seu uso, tanto na Índia¹⁴⁵ como no Japão, onde se identificaram produções holandesas¹⁴⁶.

A forma como se expõem as contas diverge bastante mediante o contexto geográfico e social em questão e a sua presença no palácio deverá considerá-lo. Embora não possamos acaecerar o uso dos exemplares de maior dimensão como complementos de vestuário, sabemos que as pulseiras com pequenas contas de vidro, normalmente alternando duas cores, eram utilizadas tanto pelas camadas populares como nobres. Não somos de opinião, como até agora se tem defendido, que a exibição deste tipo de objecto se circunscrevesse, nos séculos XVII e XVIII a membros do povo.

O ambiente psicológico das contas *chevron* e *Nueva Cadiz* é algo distinto e desconhecemos a sua aquisição pelas camadas populares do primeiro século de ocupação do palácio. Estamos em crer que, à semelhança da faiança e porcelana cuja associação com o espaço colonial e o plano simbólico da expansão protagonizada pela verdadeira nobreza, estarão subjacentes ao facto de se exibirem em embrechados, aplicação que carece de comprovação no caso em análise. Não deverá ser excluída a hipótese do uso destas

¹⁴⁴ Margareth KARCAN, *The History...* cit., p. 108.

¹⁴⁵ De onde provêm os exemplares do Museu da sociedade de geografia.

¹⁴⁶ Estudos realizados aos componentes do vidro, mostram grandes semelhanças com as produções holandesas (W. G. N. SLEEN; *A Handbock...* cit., pp. 100-101).

peças por escravos africanos ao serviço da família Marialva. Estes adquiriram-nas em África através do comércio colonial e poderiam trazer-las consigo. Porém esta explicação não poderá justificar cabalmente a presença das mesmas em número considerável.

De um modo geral, o uso de complementos de vestuário é mais acentuado na primeira fase de ocupação do palácio, o que se torna evidente quando analisado à luz do ambiente socio-económico que caracteriza as diferentes fases de ocupação deste espaço. Na verdade existe apenas um exemplar com cronologias posteriores ao terramoto demonstrando, uma vez mais, que as classes privilegiadas adquiriam contas de vidro em abundância.

Anexo 1 – Quadro Tipológico

(A tipologia apresentada baseia-se na proposta de H. C. Beck¹⁴⁷)

TAMANHO	Standard	Comprimento igual ao diâmetro
	Grande	Comprimento superior ao diâmetro
	Pequeno	Comprimento inferior ao diâmetro
	Discoidal	Comprimento inferior ao terço do diâmetro
FORMA	Standard globular	
	Standard cúbica	De cantos truncados
		Pentagonal
	Standard cilíndrica ¹⁴⁸	
	Cilíndrica duplamente chanfrada ¹⁴⁹	
	Rectangular prismática ¹⁵⁰	De faces planas
		De faces torcidas
DECORAÇÃO	Chevron ou estrela	

¹⁴⁷ Embora esta seja contestada validamente por W. G. Sleen (W. G. N. SLEEN; *A Handbook...* cit., p. 51), que adopta critérios geográficos para a sua classificação, em detrimento dos formais, por considerar ser uma metodologia que não permite retirar qualquer conclusão significativa. Todavia, dada a incapacidade de aferir, com segurança, a origem das contas em estudo, preferimos a primeira.

¹⁴⁸ Este tipo corresponde ao designado «rectangular prismática», ou tipo 1, considerado por Conceição Rodrigues Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo). Sem embargo, existem contas de secção circular e que pensamos conveniente estabelecer esta distinção e que é preconizada por alguns autores.

¹⁴⁹ Corresponde ao tipo 3, considerado por Conceição Rodrigues (Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

¹⁵⁰ A divisão estabelecida baseia-se no trabalho de Conceição Rodrigues e que nos pareceu pertinente para este trabalho. Estas correspondem aos tipo 1 e 2 respectivamente.

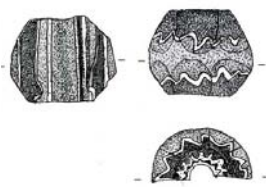
Anexo 2 – CATÁLOGO DE CONTAS

SONDAGEM 1

N.º de Inv. : 1 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: Forma: peça de formato ovóide com extremidades achatadas e bem definidas e orifício circular, transversal; Decoração: não tem; Cor das Sup.: superfície de tonalidade que varia entre o branco e o cinzento que se devem ao facto da estrutura interna da peça se encontrar alterada; Dim.: Ø máx. da conta-0,65cm Ø do orifício-0,15cm altura-0,4cm Cron.: Prov.: sond. 1 (sem contexto); Paralelos: Estado de Conservação: a peça não foi restaurada, no entanto, conserva-se na totalidade. Obs.:	Fotografia  Desenho 
--	--

SONDAGEM 2

N.º de Inv.: 2 Tipo: conta cilíndrica duplamente chanfrada; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido e esmerilagem; Forma: conta cilíndrica com extremidades chanfradas e secção circular (Tipo D). Estas apresentam formato facetado, executado por esmeril, mostrando 6 facetas que permitem expor o efeito decorativo desta técnica de produção; Decoração: <i>chevron</i> ou estrela (de 12 pontas); Cor das Sup.: a superfície externa mostra camada vítrea azul, que preenche os espaços entre as pontas de estrela formadas pela camada branca que se segue. Semelhante a esta última, existem outras três, intervaladas por uma camada mais espessa vermelhas e outras muito finas, de cor azul e vermelho, respectivamente;	Fotografia 
--	--

Cron.: a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: sond. 2, cam. 8; Paralelos: proveniência desconhecida¹⁵¹, cerca e jardim de Brancanes¹⁵², Ganfei¹⁵³, São Julião de Freixo¹⁵⁴, na Capela de N.ª Sr.ª Angola¹⁵⁵, Índia¹⁵⁶; Estado de Conservação: peça não restaurada e fracturada longitudinalmente; Obs.:	Desenho 
--	---

SONDAGEM 5

N.º de Inv.: 3 Tipo: conta rectangular prismática /«Nueva Cadiz»; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido; Forma: conta rectangular de faces prismáticas torcidas (Tipo E1) e secção rectangular, com orifício circular; Decoração: obtida pela sobreposição de camadas de vidro de diferentes tonalidades e esmerilagem em dois dos cantos da extremidade não fracturada; Cor das Sup.: as superfícies externa e interna mostram uma cor azul, separada por fina camada vítrea de tonalidade esbranquiçada; Dim.: comp. máx. da conta-3,1cm Ø do orifício-0,4cm largura-1,0cm	Fotografia 
--	--

¹⁵¹ R. de Serpa PINTO, *Etnografia Arqueológica: 1 - antigas contas empregadas como amuletos*, Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1932, p. 5 e Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, est. XXXI.

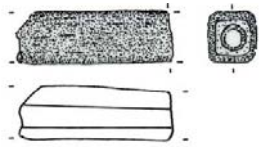
¹⁵² F. Alves PEREIRA, «Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.

¹⁵³ Luís CHAVES, *Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico*, Guimarães, Oficinas Gráficas da Companhia Ed. do Minho, 1955, p. 4.

¹⁵⁴ F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31, Jan. a Fev. de 1933, p. 24

¹⁵⁵ Armando MATOS, «Contas de massa vítrea encontradas em Angola» in *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, Porto, p. 454.

¹⁵⁶ F. Alves PEREIRA, «A propósito das contas vítreas policrómicas» in *Portucale*, vol. VII, n.º 37 e 38, Jan. a Abril de 1934, est. I.

Cron.: embora a produção destas contas seja conhecida desde 1490, a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos poder apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: sond. 5, aprofundamento junto à parede W, cam. 17; Paralelos: Capela de N.^a Sr.^a da Conceição e jardim (Alcáçovas), Praça D. Pedro IV e na área das Termas dos Cássios, em Lisboa¹⁵⁷ e no Palácio de Penafiel¹⁵⁸; Estado de Conservação: não foi restaurada, e encontra-se fracturada numa das extremidades; Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues¹⁵⁹.	Desenho 
---	---

SONDAGEM 11

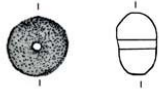
N.º de Inv.: 4 Tipo: conta; Material: pedra; Técnica: lapidação; Forma: peça de formato ovóide com extremidades achatadas e bem definidas e orifício circular longitudinal; Decoração: não tem; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade castanha com pontos brancos; Dim.: Ø da conta-1,05cm Ø do orifício-0,25cm altura-0,9cm Cron.: Prov.: sond. 11, sem estratigrafia; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade. Obs.:	Fotografia  Desenho 
---	--

¹⁵⁷ M. Conceição RODRIGUES, «Contribuição para o estudo de contas de vidro de origem mediterrânica recolhidas na baixa pombalina de Lisboa» in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Padrão dos Descobrimentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, figs. 10, 13 e 14.

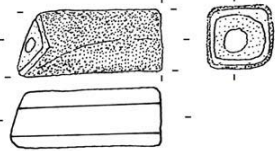
¹⁵⁸ M. Conceição RODRIGUES, *Os Negros em Portugal – séc. XV a XIX*, Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos, 2000, p. 116.

¹⁵⁹ M. Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

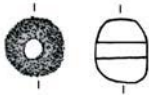
SONDAGEM 12

N.º de Inv.: 5 Tipo: conta; Material: vidro; Técnica: Forma: peça de formato ovóide e ligeiramente achatado, com orifício circular e transversal; Decoração: não tem; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø máx. da conta-0,9cm Ø do orifício-0,2cm altura-0,8cm Cron.: meados séc. XVII/inícios séc. XVIII (?); Prov.: sond. 12, canto SE, cam. 24; Paralelos: Estado de Conservação: não foi restaurada, mostrando uma fractura junto ao rebordo. Obs.:	Fotografia  Desenho 
N.º de Inv.: 6 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado; Forma: peça de formato ovóide, facetado e irregular, com orifício circular e transversal; Decoração: decoração incisa em espiral iniciando e terminando junto às extremidades do orifício, onde se encontra mais marcada; Cor das Sup.: as superfícies apresentam uma tonalidade azul; Dim.: Ø máx. da conta-1,0cm Ø do orifício-0,2cm altura-1,0cm Cron.: meados séc. XVII/inícios séc. XVIII (?); Prov.: sond. 12, canto SE, cam. 24; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e fracturada junto ao rebordo. Obs.:	Fotografia  Desenho 

SECTOR NOROESTE

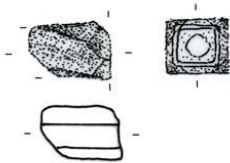
N.º de Inv.: 7 Tipo: conta rectangular prismática / «Nueva Cádiz»; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido; Forma: conta rectangular de faces prismáticas (Tipo E1), com orifício circular e secção rectangular; Decoração: obtida pela sobreposição de camadas de vidro de diferentes tonalidades; Cor das Sup.: As superfícies externa e interna mostram uma cor azul, separada por fina camada vítrea de tonalidade esbranquiçada; Dim.: comp. máx. da conta-2,5cm Ø do orifício-0,4cm largura-1,0cm Cron.: embora a produção destas contas seja conhecida desde 1490, a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: sector NW, sem contexto; Paralelos: Capela de N.ª Sr.ª da Conceição e jardim (Alcáçovas), Praça D. Pedro IV e na área das Termas dos Cássios, em Lisboa¹⁶⁰ e no Palácio Penafiel¹⁶¹. Estado de Conservação: não foi restaurada, e encontra-se fracturada numa das extremidades. Obs.:	Fotografia  Desenho 
---	---

SECTOR OESTE

N.º de Inv.: 8 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: Forma: a peça apresenta um formato ovóide ligeiramente achatado, com orifício circular e transversal; Decoração: não tem; Cor das Sup.: as superfícies apresentam uma tonalidade azul; Dim.: Ø máx. da conta-0,8cm Ø do orifício-0,2cm altura-0,7cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do edifício pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII ?); Prov.: sector W, comp. F1, IIª fase, cam. 12; Paralelos: Estado de Conservação: não foi restaurada, no entanto, a peça conserva-se na totalidade; Obs.: nesta camada foi exumado um numisma – 3 Reis de D. Pedro II, cunhado em 1703.	Fotografia  Desenho 
---	---

¹⁶⁰ M. Conceição RODRIGUES, «Contribuição para o estudo de contas de vidro de origem mediterrânica recolhidas na baixa pombalina de Lisboa» in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Padrão dos Descobrimentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, figs. 10, 13 e 14

¹⁶¹ M. Conceição RODRIGUES, *Os Negros em Portugal – séc. XV a XIX*, Lisboa, Mosteiro dos Jerónimos, 2000, p. 116.

N.º de Inv.: 9 Tipo: conta rectangular prismática / Nueva Cadiz; Material: vidro; Técnica: conta enrolado/abatido e esmerilagem numa das extremidades; Forma: conta quadrangular de faces prismáticas torcidas (Tipo E2), com orifício circular e secção quadrangular. Decoração: obtida pela sobreposição de camadas de vidro de diferentes tonalidades e pela esmerilagem dos quatro cantos de uma das extremidades; Cor das Sup.: as superfícies externa e interna mostram uma cor azul, separada por fina camada vítrea de tonalidade esbranquiçada; Dim.: comp. máx. da conta-1,3cm Ø do orifício-0,4cm largura-1,0cm Cron.: embora a produção destas contas seja conhecida desde 1490, a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos poder apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: sector W, comp. F1, 2.ª fase, cam. 12; Paralelos: proveniência desconhecida¹⁶², Capela de N.ª Sr.ª da Conceição e jardim (Alcáçovas), cerca e jardim do convento de Brancanes¹⁶³, Praça D. Pedro IV, em Lisboa¹⁶⁴; Estado de Conservação: foi restaurada, no entanto encontra-se fracturada numa das extremidades; Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues¹⁶⁵. Nesta camada foi encontrado um numisma – 3 Reis de D. Pedro II, cunhado em 1703.	Fotografia  Desenho 
N.º de Inv.: 10 Tipo: conta cilíndrica duplamente chanfrada; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido e esmerilagem; Forma: conta cilíndrica com extremidades chanfradas e secção circular (Tipo D). Estas apresentam formato facetado, executado por esmeril, mostrando 6 facetetas que permitem expor o efeito decorativo desta técnica de produção; Decoração: chevron ou estrela (de 12 pontas); Cor das Sup.: a superfície externa mostra camada vítrea azul, que preenche os espaços entre as pontas de estrela formadas pela camada branca que se segue. Semelhante a esta última, existem outras duas, intervaladas por camadas mais espessas, de cor vermelha e azul; Dim.: comp. máx. da conta-4,2cm Ø da peça-3,7cm Ø do orifício-0,4cm	

¹⁶² Estácio da VEIGA, *Antiguidades... cit.*, est. XXXII.

¹⁶³ F. Alves PEREIRA, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.

¹⁶⁴ M. Conceição RODRIGUES, «Contribuição para o estudo de contas de vidro de origem mediterrânica recolhidas na baixa pombalina de Lisboa» in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Padrão dos Descobrimentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, fig. 13.

¹⁶⁵ M. Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

Cron.: a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755;

Prov.: sector W, comp. G, 2.^a fase, cam. 5;

Paralelos: proveniência desconhecida¹⁶⁶, cerca e jardim de Brancanes¹⁶⁷, Ganfei¹⁶⁸, São Julião de Freixo¹⁶⁹, na Capela de N.^a Sr.^a Angola¹⁷⁰, Índia¹⁷¹;

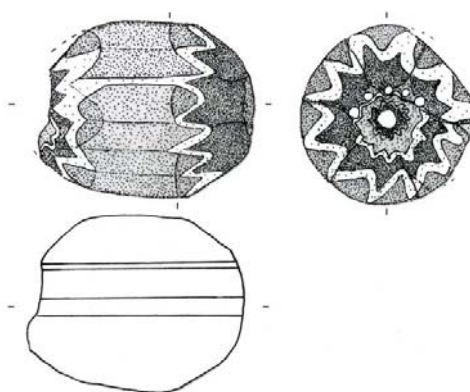
Estado de Conservação: foi restaurada e encontra-se fracturada;

Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues¹⁷². São visíveis cinco alvéolos, junto à camada vítrea branca do meio e que estarão relacionados com a técnica de fabrico. Estes já haviam sido identificados por Alves Pereira¹⁷³.

Fotografia



Desenho



¹⁶⁶ R. de Serpa PINTO, *Etnografia Arqueológica: 1 – antigas contas empregadas como amuletos*, Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1932, p. 5 e Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, est. XXXI.

¹⁶⁷ F. Alves PEREIRA, «Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.

¹⁶⁸ Luís CHAVES, *Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico*, Guimarães, Oficinas Gráficas da Companhia Ed. do Minho, 1955, p. 4.

¹⁶⁹ F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31, Jan. a Fev. de 1933, p. 24.

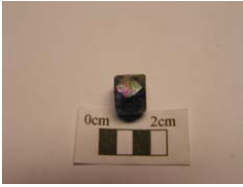
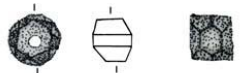
¹⁷⁰ Armando MATOS, «Contas de massa vítrea encontradas em Angola» in *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, Porto, p. 454.

¹⁷¹ F. Alves PEREIRA, «A propósito das contas vítreas policrómicas» in *Portucale*, vol. VII, n.º 37 e 38, Jan. a Abril de 1934, est. I.

¹⁷² M. Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

¹⁷³ F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31, Jan. a Fev. de 1933, p. 29.

SECTOR CENTRO-ESTE

N.º de Inv.: 11 Tipo: conta cúbica pentagonal; Material: vidro; Técnica: moldagem Forma: peça de formato ovóide, com extremidades achatadas bem definidas e orifício circular longitudinal. A superfície apresenta-se facetada, com padrão de hexágonos; Decoração: não tem; Cor das Sup.: as superfícies ostentam uma tonalidade azul; Dim.: larg. máx. da conta-0,7cm Ø do orifício-0,2cm altura-0,6cm Cron.: o estrato onde foi encontrada reporta-nos para o início do séc. XIX; Prov.: sector Centro-Este, comp. 2, cam. sup.; Paralelos: devido à grande difusão destas contas, desde o Período Romano, preferimos não apontar paralelos, referindo-nos apenas que, nestas datas foram exportadas por companhias venesianas, holandesas, alemãs e inglesas; Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade. Obs.:	Fotografia  Desenho 
---	--

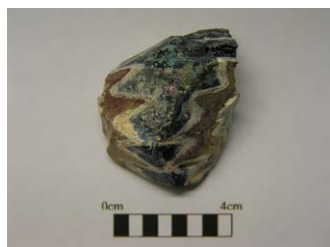
N.º de Inv.: 12 Tipo: conta cilíndrica duplamente chanfrada; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido e esmerilagem; Forma: conta cilíndrica com extremidades chanfradas e secção circular (Tipo D). Estas apresentam formato facetado, executado por esmeril, mostrando 6 facetas que permitem expor o efeito decorativo desta técnica de produção; Decoração: <i>chevron</i> ou estrela (de 12 pontas); Cor das Sup.: a superfície externa mostra camada vítrea azul, que preenche os espaços entre as pontas de estrela formadas pela camada branca que se segue. Semelhante a esta última, existem outras duas, intervaladas por camadas mais espessas, de cor vermelha e azul; Dim.: comp. máx. da conta-2,9cm Ø da peça-3,5cm Ø do orifício- indeterminado Cron.: a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: sector Centro-Este 2, comp. 1B, cam. 2
--

Paralelos: proveniência desconhecida¹⁷⁴, cerca e jardim de Brancanes¹⁷⁵, Ganfei¹⁷⁶, São Julião de Freixo¹⁷⁷, na Capela de N.ª Sr.ª Angola¹⁷⁸, Índia¹⁷⁹;

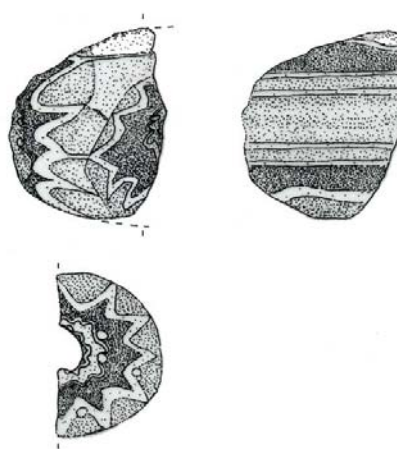
Estado de Conservação: foi restaurada e encontra-se muito fracturada, pelo que a descrição foi baseada no único exemplar de perfil completo;

Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues¹⁸⁰. São visíveis dois alvéolos, junto à camada vítrea branca do meio e que estarão relacionados com a técnica de fabrico. Estes já haviam sido identificados por Alves Pereira¹⁸¹.

Fotografia



Desenho



¹⁷⁴ R. de Serpa PINTO, *Etnografia Arqueológica: 1 – antigas contas empregadas como amuletos*, Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1932, p. 5 e Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, est. XXXI.

¹⁷⁵ F. Alves PEREIRA, «Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.

¹⁷⁶ Luís CHAVES, *Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico*, Guimarães, Oficinas Gráficas da Companhia Ed. do Minho, 1955, p. 4.

¹⁷⁷ F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31, Jan. a Fev. de 1933, p. 24.

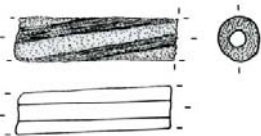
¹⁷⁸ Armando MATOS, «Contas de massa vítrea encontradas em Angola» in *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, Porto, p. 454.

¹⁷⁹ F. Alves PEREIRA, «A propósito das contas vítreas policrómicas» in *Portucale*, vol. VII, n.º 37 e 38, Jan. a Abril de 1934, est. I.

¹⁸⁰ M. Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

¹⁸¹ F. Alves PEREIRA, *Portucale... cit.*, p. 29.

SECTOR CENTRO-SUL

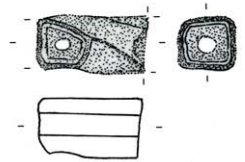
N.º de Inv.: 13 Tipo: conta <i>standard</i> cilíndrica; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado; Forma: conta cilíndrica (Tipo C), com orifício circular e secção circular; Decoração: obtida pela execução de finas incisões preenchidas por vidro de outra tonalidade mais escura; Cor das Sup.: a superfície mostra coloração azul clara, com veios a negro, que correspondem a outra aplicação vítrea; Dim.: comp. máx. da conta-3,0cm Ø do orifício-0,25cm largura-1,0cm Cron.: a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: sector Centro-Sul, 2.ª fase, por baixo da calçada, cam. 1; Paralelos: embora este artefacto possa ser integrado na categoria de conta que foi utilizada no trato africano, não encontramos nenhum paralelo exactamente igual. No entanto, a decoração e técnica de produção assemelha-se muito aos exemplares encontrados na cerca e jardim de Brancanes¹⁸²; Estado de Conservação: peça restaurada e fracturada em ambas extremidades. Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues¹⁸³.	Fotografia  Desenho 
--	---

SECTOR SUDESTE

N.º de Inv.: 14 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: madeira; Técnica: talhe; Forma: peça de formato semiesférico, com orifício circular e transversal; Decoração: não tem; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade que varia entre o castanho e o cinzento-escuro; Dim.: Ø da conta-1,3cm Ø do orifício-0,2cm altura-08cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses; Prov.: sector SE, desmonte de escadas, cam. 1; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e fracturada; Obs.: nesta camada foram exumados dois numismas com leitura – Real de D. João III e 5 Reis de D. José I, cunhado em 1752.	Fotografia  Desenho 
--	---

¹⁸² F. Alves PEREIRA, «Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.

¹⁸³ M. Conceição RODRIGUES; «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

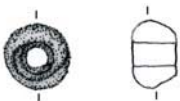
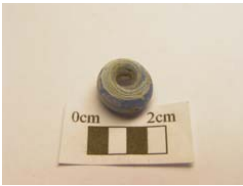
N.º de Inv.: 15 Tipo: conta rectangular prismática / Nueva Cadiz; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido; Forma: conta rectangular de faces prismáticas torcidas (Tipo E2), com orifício circular e secção quadrangular; Decoração: obtida pela sobreposição de camadas de vidro de diferentes tonalidades; Cor das Sup.: as superfícies externa e interna mostram uma cor azul, separada por fina camada vítrea de tonalidade esbranquiçada; Dim.: comp. máx. da conta-1,9cm Ø do orifício-0,3cm largura-1,0cm Cron.: embora a produção destas contas seja conhecida desde 1490, a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: sector SE, escada, cam. 4; Paralelos: proveniência desconhecida¹⁸⁴, Capela de N.ª Sr.ª da Conceição e jardim (Alcáçovas), cerca e jardim do convento de Brancanes¹⁸⁵, Praça D. Pedro IV, em Lisboa¹⁸⁶; Estado de Conservação: peça restaurada e fracturada em ambas as extremidades; Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues¹⁸⁷.	Fotografia  Desenho 
N.º de Inv.: 16 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: Forma: peça de formato ovóide e achatado, com orifício circular e transversal; Decoração: não tem; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø da conta-0,7cm Ø do orifício-0,2cm altura-0,4cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII) ?; Prov.: sector SE, comp. 1, IIª fase, cam. 1; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada, com desgaste ao nível do perímetro externo. Obs.:	Fotografia  Desenho 

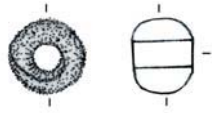
¹⁸⁴ Estácio da VEIGA, *Antiguidades... cit.*, est. XXXII.

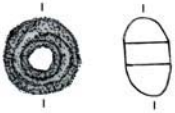
¹⁸⁵ F. Alves PEREIRA, «Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.

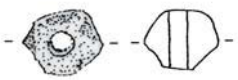
¹⁸⁶ M. Conceição RODRIGUES, «Contribuição para o estudo de contas de vidro de origem mediterrânica recolhidas na baixa pombalina de Lisboa» in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Padrão dos Descobrimentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, fig. 13.

¹⁸⁷ M. Conceição RODRIGUES, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata), (no prelo).

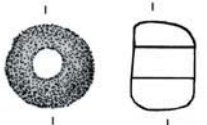
N.º de Inv.: 17 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: peça de formato ovóide achatado, com orifício circular e transversal; Decoração: decoração incisa em espiral iniciando e terminando junto às extremidades do orifício, onde é mais marcada; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø da conta-1,0cm Ø do orifício-0,4cm altura-0,65cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII?); Prov.: sector SE a Sul da sond. 6 e 2 por baixo do pavimento em madeira, cam. 18; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade. Obs.:	Fotografia  Desenho 
N.º de Inv.: 18 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: peça de formato ovóide achatado, com orifício circular e transversal; Decoração: decoração incisa em espiral iniciando junto ao rebordo da extremidade de um dos orifícios, onde se apresenta mais marcada, e terminando ao centro; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø da conta-1,0cm Ø do orifício-0,4cm altura-0,55cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII?); Prov.: sector SE a Sul da sond. 6 e 2 por baixo do pavimento em madeira, cam. 18; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade. Obs.:	Fotografia  Desenho 
N.º de Inv.: 19 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: peça de formato ovóide achatado, muito irregular, com orifício circular e transversal; Decoração: não tem; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø da conta-0,8cm Ø do orifício-0,4cm altura-0,5cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII?);	Fotografia 

Prov.: sector SE a Sul da sond. 6 e 2 por baixo do pavimento em madeira, cam. 18; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade; Obs.: as irregularidades ao nível da forma podem decorrer do processo de fabrico pautado por um descuido com os pormenores, nomeadamente no que concerne ao rebordo onde é visível a zona de união do rolo.	Desenho 
N.º de Inv.: 20 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: peça de formato ovóide achatado, muito irregular, com orifício circular e transversal; Decoração: decoração incisa em espiral iniciando junto ao rebordo de uma extremidade do orifícios, onde é mais marcada, e terminando junto à outra extremidade; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø da conta-0,9cm Ø do orifício-0,4cm altura-0,65cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII?); Prov.: sector SE a Sul da sond. 6 e 2 por baixo do pavimento em madeira, cam. 18; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade; Obs.: as irregularidades ao nível da forma podem decorrer do processo de fabrico pautado por um descuido com os pormenores, nomeadamente no que concerne ao rebordo onde é visível a zona de união do rolo.	Fotografia  Desenho 
N.º de Inv.: 21 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: peça de formato troncocónico, com orifício circular e transversal; Decoração: decoração incisa em espiral iniciando e terminando junto aos rebordos do orifícios, onde se encontra mais marcada; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø máx. da conta-0,9cm Ø do orifício-0,4cm altura-0,75cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII?); Prov.: sector SE a Sul da sond. 6 e 2 por baixo do pavimento em madeira, cam. 18; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade. Obs.:	Fotografia  Desenho 

N.º de Inv.: 22 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: peça de formato ovóide, com orifício circular e transversal; Decoração: decoração incisa em espiral iniciando e terminando junto às extremidades do orifício, onde se encontra mais marcada; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul; Dim.: Ø máx. da conta-1,0cm Ø do orifício-0,4cm altura-0,8cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII?); Prov.: sector SE a Sul da sond. 6 e 2 por baixo do pavimento em madeira, cam. 18; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e conservada na totalidade; Obs.: as irregularidades ao nível da forma podem decorrer do processo de fabrico pautado por um descuido com os pormenores, nomeadamente no que concerne ao rebordo onde é visível a zona de união do rolo.	Fotografia  Desenho 
N.º de Inv.: 23 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: conta de formato esférico com orifício circular; Decoração: apresenta, junto a um orifício, decoração em espiral incisa; Cor das Sup.: azul; Dim.: Ø cabeça-1,4m Ø dos orifício-0,2m altura- 1,1cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (primeira metade do séc. XVIII?); Prov.: sector SE, por baixo do pavimento em madeira, cam. 20; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e fracturada junto a um dos orifícios. Obs.:	Fotografia  Desenho 
N.º de Inv.: 24 Tipo: conta pentagonal; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: conta de formato troncocónico e hexagonal, com orifício circular; Decoração: apresenta, junto a um orifício, decoração em espiral incisa; Cor das Sup.: branco translúcido; Dim.: Ø cabeça-1,0cm Ø dos orifício-0,3cm altura- 0,7cm	Fotografia 

Cron.: séc. XVII/ XVIII (?); Prov.: sector SE, 2.^a fase, cozinha do séc. XIX - esgoto E1-B; Paralelos: fábricas de vidro de Amesterdão¹⁸⁸; Estado de Conservação: peça não restaurada e fracturada junto a um dos orifícios. Obs.:	Desenho 
--	---

SECTOR SUDOESTE

N.º de Inv.: 25 Tipo: conta <i>standard</i> globular; Material: vidro; Técnica: rolo de vidro enrolado; Forma: peça de formato ovóide e achatado, com orifício circular e transversal; Decoração: embora pouco visível, devido às condições de conservação, apresenta uma decoração incisa em espiral iniciando e terminando junto às extremidades do orifício; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade que varia entre o azul (nas zonas onde se encontra melhor conservada) e branca; Dim.: Ø máx. da conta-1,1cm Ø do orifício-0,4cm altura-0,8cm Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses (séc. XVII/XVIII)?; Prov.: sector SW, comp. L, desentapamento da porta Norte, cam. 1; Paralelos: Estado de Conservação: peça não restaurada e fracturada no rebordo do orifício; Obs.: as irregularidades ao nível da forma podem decorrer do processo de fabrico pautado por um descuido com os pormenores, nomeadamente no que concerne ao rebordo onde é visível a zona de união do rolo.	Fotografia 
	Desenho 

SECTOR SUL III

N.º de Inv.: 26 Tipo: conta cilíndrica duplamente chanfrada; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido e esmerilagem; Forma: conta cilíndrica com extremidades chanfradas e secção circular (Tipo D). Estas apresentam formato facetado, executado por esmeril, mostrando 6 facetas que permitem expor o efeito decorativo desta técnica de produção; Decoração: <i>chevron</i> ou estrela (de 12 pontas); Cor das Sup.: a superfície externa mostra camada vítrea azul, que preenche os espaços entre as pontas de estrela formadas pela camada branca que se segue. Semelhante a esta última, existem outras duas, intervaladas por camadas mais espessas, de cor vermelha e azul;

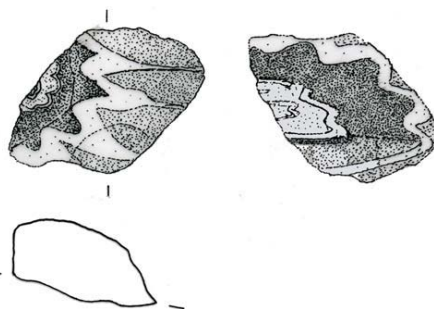
¹⁸⁸ W. G. N. SLEEN, *A handbook on beads*, Liege, Musée du Verne, 1967, pp. 41 e 110.

Dim.: comp. máx. da conta-2,9cm Ø da peça-3,0cm Ø do orifício - indeterminado
Cron.: a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755;
Prov.: sector Sul III, da argamassa da parede 5 da fachada do palácio (por baixo do capeamento);
Paralelos: proveniência desconhecida¹⁸⁹, cerca e jardim de Brancanes¹⁹⁰, Ganfei¹⁹¹, São Julião de Freixo¹⁹², na Capela de N.^a Sr.^a Angola¹⁹³, Índia¹⁹⁴;
Estado de Conservação: foi restaurada e encontra-se muito fracturada pelo que a descrição se baseia no único exemplar de perfil completo.
Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues¹⁹⁵.

Fotografia



Desenho



VALA DO POSTO DE TRANSFORMAÇÃO

N.º de Inv.: 27

Tipo: gema de vidro lapidado;

Material: vidro;

Técnica:

Forma: peça de formato cónico carenado, com superfícies facetadas. A superfície cónica encontra-se facetada com losangos. Na superfície restante inscrevem-se dez incisões radiais que partem da carena e se unem no topo da peça;

Decoração: incisa e facetada;

Cor das Sup.: superfícies de tonalidade azul, embora 19 exemplares apresentem ainda uma pátina verde e rosa, bastante espessa em algumas peças;

Fotografia



¹⁸⁹ R. de Serpa PINTO, *Etnografia Arqueológica: 1 – antigas contas empregadas como amuletos*, Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1932, p. 5 e Estácio da VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, est. XXXI.

¹⁹⁰ F. Alves PEREIRA, «Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.

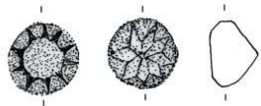
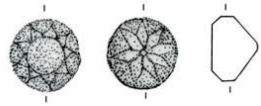
¹⁹¹ Luís CHAVES, *Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico*, Guimarães, Oficinas Gráficas da Companhia Ed. do Minho, 1955, p. 4.

¹⁹² F. Alves PEREIRA, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31, Jan. a Fev. de 1933, p. 24.

¹⁹³ Armando MATOS, «Contas de massa vítrea encontradas em Angola» in *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, Porto, p. 454.

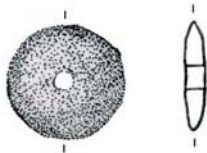
¹⁹⁴ F. Alves PEREIRA, «A propósito das contas vítreas policrómicas» in *Portucale*, vol. VII, n.º 37 e 38, Jan. a Abril de 1934, est. I.

¹⁹⁵ M. Conceição RODRIGUES, «A presença...» cit.

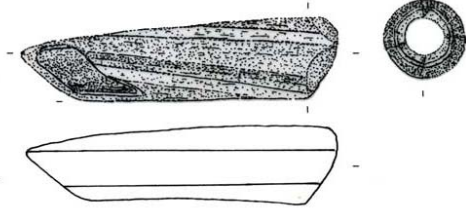
Dim.: Ø da conta (máx./mín.)-1,2cm/0,6cm altura-0,8cm Cron.: finais do séc. XVII/inícios do séc. XVIII; Prov.: área 1, PT - do lado Norte, na metade W do muro com orientação Este-Oeste, camada heterogénea com muitas cinzas; Paralelos: encontraram-se paralelos em peças de mobiliário religioso como custódias, relicários e ostensórios¹⁹⁶; Estado de Conservação: conjunto não restaurado, composto por vinte e dois exemplares, dos quais dois mostram pequenas fracturas. Obs.:	Desenho 
N.º de Inv.: 28 Tipo: gema de vidro lapidado; Material: vidro; Técnica: Forma: peça de formato cónico carenado, com superfícies facetadas. Numa das faces apresenta decoração facetada com losangos. A restante superfície ostenta dez triângulos dispostos à volta da carena de onde partem em ângulos menores; Decoração: incisa e facetada; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade branca transparente; Dim.: Ø da conta (máx./mín.)-1,2cm/0,6cm altura-0,8cm Cron.: séc. XVIII (até meados do século); Prov.: área 1, PT - do lado Norte, na metade W do muro com orientação Este-Oeste, camada heterogénea com muitas cinzas; Paralelos: encontraram-se paralelos em peças de mobiliário religioso como custódias, relicários e ostensórios¹⁹⁷; Estado de Conservação: conjunto não restaurado, composto por treze exemplares, com pequenas fracturas. Obs.:	Fotografia  Desenho 
N.º de Inv.: 29 Tipo: conta/botão; Material: osso; Técnica: corte; Forma: peça de formato oval/circular com orifício central, oval/circular. Alguns exemplares mostram verso ligeiramente côncavo e reverso achatado enquanto que outros ostentam as superfícies achatadas; Decoração: não tem; Cor das Sup.: superfícies de tonalidade que varia entre o branco e o cinzento claro; Dim.: Ø da conta (máx./mín.)-1,4cm/1,2cm Ø do orifício (máx./mín.)-0,25cm/0,2cm altura (máx./mín.)-0,25cm/0,15cm	Fotografia 

¹⁹⁶ Simonetta Luz AFONSO (cord.), *Inventário da Coleção do Museu Nacional de Machado de Castro, Coimbra – ourivesaria séc. XVI e XVII*, IPM, 1992, pp. 85, 91, 134 e 250 e Isabel CORDEIRO (cord.), *Inventário do Museu de Évora – coleção de ourivesaria*, IPM, 1993, pp.334 e 352.

¹⁹⁷ Simonetta Luz AFONSO (cord.), *Inventário da Coleção do Museu Nacional de Machado de Castro, Coimbra – ourivesaria séc. XVI e XVII*, IPM, 1992, pp. 85, 91, 134 e 250 e Isabel CORDEIRO (cord.), *Inventário do Museu de Évora – coleção de ourivesaria*, IPM, 1993, pp.334 e 352.

Cron.: corresponde à fase de ocupação do palácio pelos marqueses - séc. XVII/ meados do séc. XVIII; Prov.: vala P.T., IIIª fase; Paralelos: a nível formal encontra-se paralelos em contas de vidro do séc. XVIII¹⁹⁸; Estado de Conservação: o conjunto não foi restaurado, sendo composto por 82 exemplares completos, 5 peças fragmentadas mas com colagem (10 fragmentos) e 10 fragmentos sem colagem. Obs.: nesta camada foi exumado um numisma – 10 Reais de D. João III.	Desenho 
---	--

N.º de Inv.: 30 Tipo: conta rectangular prismática, de faces ligeiramente torcidas; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido e esmerilagem; Forma: conta rectangular de faces prismáticas, ligeiramente torcidas (Tipo E2), com orifício circular e secção circular; Decoração: obtida pela sobreposição de três camadas vítreas (azul, branco, azul) e execução de incisões longitudinais oblíquas, preenchidas por vidro branco. Esta apresenta numa das extremidades (a menos fracturada), um acabamento de esmeril, em três cantos; Cor das Sup.: superfícies interna e externa mostram cor azul, separada por fina camada vítrea de tonalidade esbranquiçada, a mesma que decora os veios incisos na face externa; Dim.: comp. máx. da conta-5,4cm Ø do orifício-0,7cm largura-1,3cm Cron.: a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: vala PT, 3ª fase, perfil Norte; Paralelos: cerca e jardim de Brancanes¹⁹⁹ e proveniência desconhecida²⁰⁰; Estado de Conservação: foi restaurada, e encontra-se fracturada em ambas extremidades; Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues²⁰¹. Nesta camada foi exumado um numisma – 10 Reais de D. João III.	
---	--

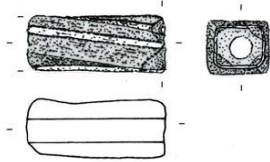
Fotografia 	Desenho 
---	---

¹⁹⁸ Margareth KARCAN, *The History...* cit., p. 108.

¹⁹⁹ F. Alves PEREIRA, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, est. VII.

²⁰⁰ Estácio da VEIGA; *Antiguidades...* cit., est. XXXII.

²⁰¹ M. Conceição RODRIGUES, «A presença...» cit.

N.º de Inv.: 31 Tipo: conta rectangular prismática, de faces ligeiramente torcidas; Material: vidro; Técnica: vidro enrolado/abatido e esmerilagem; Forma: conta rectangular de faces prismáticas, ligeiramente torcidas (Tipo E2), com orifício circular e secção quadrangular; Decoração: obtida pela sobreposição de três camadas vítreas (azul, branco, azul) e execução de incisões longitudinais oblíquas, preenchidas por vidro branco. Esta apresenta, na extremidade não fracturada, um acabamento de esmeril, nos quatro cantos; Cor das Sup.: superfícies interna e externa mostram cor azul, separada por fina camada vítrea de tonalidade esbranquiçada, a mesma que decora os veios incisos na face externa; Dim.: comp. máx. da conta-2,5cm Ø do orifício-0,5cm largura-1,0 cm Cron.: a construção do palácio data de meados do séc. XVII, pelo que pensamos apontar para uma cronologia compreendida entre 1640 e 1755; Prov.: vala PT, 3ª fase, perfil Norte; Paralelos: cerca e jardim de Brancanes²⁰² e proveniência desconhecida²⁰³; Estado de Conservação: foi restaurada, e encontra-se fracturada numa das extremidades; Obs.: conta já estudada por Conceição Rodrigues²⁰⁴. Nesta camada foi exumado um numisma – 10 Reais de D. João III.	Fotografia  Desenho 
--	---

²⁰² F. Alves PEREIRA, *Archeologo... cit.*, est. VII.

²⁰³ Estácio da VEIGA, *Antiguidades... cit.*, est. XXXII.

²⁰⁴ M. Conceição RODRIGUES, «A presença...» cit.

Bibliografia

Sobre o Contexto Arqueológico

- ALMEIDA, A. A. Marques de, «Levantamentos populares em Portugal no século XVII» in *História e Sociedade*, n.º 2 e 3, Lisboa, Janeiro de 1979, pp. 24-36.
- ARANHA, Brito, «Nos Casebres do Loreto» in *Brinde aos Senhores Assignantes do Diário de Notícias em 1874*, Lisboa, Typographia Universal, 1875, pp. 50-51.
- ARAÚJO, Agostinho, «História do Palácio de Marialva, ao Loreto (1651-1859)» in *Boletim Cultural da Póvoa do Varzim*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal, 1993, pp. 219-289.
- ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Vol. 1, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, s.d., Livro 5, pp. 19-20.
- BARBOSA, I. De Vilhena, «Lisboa Velha – Portugal e Filipe IV de Castella. Tomada d'Évora por d. João d'Austria e o Santo Motim. O palácio do Marquês de Marialva. A victoria do Canal. Os casebres do Loreto» in *Archivo Pittoresco*, vol. 4, Lisboa, 1861, p. 187.
- BECKFORD, William, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha, Carta de 3 de Novembro de 1787*, 2.ª ed., Lisboa, B.N., 1983, p. 163.
- CARRÈRE, Joseph-Barthélemy-François, *Voyage en Portugal, et particulièrement à Lisbonne, ou Tableau Moral, Civil, Politique, Physique et Religieux de cette Capitale*, Paris, Chez Deterville, 1798, pp. 33-34.
- CARITA, Hélder, *Bairro Alto. Tipologias e Modos Arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal, 1990, pp. 28 e 185.
- CARVALHO, Pinto de, «Os Cafés de Lisboa» in *Serões*, n.º 52 e 53, Lisboa, 1909, pp. 267-268.
- CARVALHO, Pinto de, *Lisboa d'Outros Tempos*, vol. II, Lisboa, 1899, pp. 137-140, 187-188 e 211-222.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, *Lisboa Seiscentista*, 3.ª ed., Lisboa, Câmara Municipal, 1969, p. 217.
- CASILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*, 3.ª ed., Vol. 1, Lisboa, Câmara Municipal, 1954.
- CASILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*, 3.ª ed., Vol. 2, Lisboa, Câmara Municipal, 1955, pp. 76-91.
- CASILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*, 3.ª ed., Vol. 3, Lisboa, Câmara Municipal, 1956, pp. 330-341.
- D'ARAÚJO, J. I., «Por Ocasião da demolição dos Casebres do Loreto» in *Jornal do comércio*, 6.º anno, n.º 1758, 10 de Agosto de 1859, p. 1.
- DIAS, Maria Tavares, *Lisboa Desaparecida*, vol. II, 4.ª ed., Lisboa, Quimera, 1990, pp. 51-53.
- FONTINHA, Rodrigo, *Novo dicionário etimológico de língua portuguesa*, Lisboa, ed. Domingos Barreira, pp. 54, 333, 472 e 816.
- GUIMARÃES, J. Ribeiro, «A Demolição dos Casebres», in *Jornal do Comercio*, Lisboa, 6.º anno, n.º 1797, de 25 de Setembro de 1859.
- GUIMARÃES, J. Ribeiro, *Summario de Varia Historia – Narrativas, Lendas, Biographias, Descrições de Templos e Monumentos, Estatísticas, Costumes Civis, Políticos e Religiosos de Outras Eras*, Lisboa, Rolland & Semiond, 1873, pp. 194-213.
- GUIMARÃES, J. Ribeiro, «Memórias dos Casebres do Loreto», in *Summario de Varia História*, Vol. 5, Lisboa, 1875.
- HERCULANO, Alexandre, «Archeologia Portugueza VI - Viagem a Portugal dos cavalleiros Tron e Lippomani (1580)» in *O Panorama*, 2.ª série, vol. 2, Lisboa, 1843, p. 82.

- MACEDO, Luiz Pastor de, *A Rua das Pedras Negras*, Lisboa, Miscelania, 1931, pp. 40-42.
- MACEDO, Luiz Pastor de, *Lisboa de Lés-a-Lés*, Vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1940.
- MACHADO, José Pedro, *Dicionário etimológico de língua portuguesa*, 2.º vol., Livros Horizonte, 3.ª ed., 1977, pp. 8, 58, 195 e 217.
- MARQUES, António, FERNANDES, Lúcia, «Palácio dos Marqueses de Marialva – intervenção arqueológica na Praça Luís de Camões (Lisboa 1999/2000)» in *Revista de Estudos do Património*, n.º 9, IPPAR, 2006, pp. 195-205.
- MARQUES, António, FERNANDES, Lúcia, «Praça Luís de Camões (Lisboa): Metodologia e primeiros resultados de uma intervenção urbana», in *Actas do IV Encontro de Arqueologia Urbana – Amadora* (10-12 Nov., 2002), Amadora, 2003, pp. 31-43.
- MARQUES, António, FERNANDES, Lúcia, «Loreto (casebres do)», in *Dicionário de História de Lisboa*, (no prelo).
- MOITA, Irisalva, *Lisboa e o Marquês de Pombal*, Vol. 2, Lisboa, Museus Municipais de Lisboa, 1982, p. 80.
- MOITA, Irisalva, «A Imagem e a Vida da Cidade» in *Lisboa quinhentista*, Lisboa, Câmara Municipal, 1983, pp. 19-21.
- MOITA, Irisalva, *Projectos pombalinos destinados à reconstrução do Palácio de Marialva, ao Loreto, e à ampliação do Palácio dos Duques de Lafões, ao Grilo*, Lisboa, Câmara Municipal, 1999.
- MOTA, Nuno Martins, «Uma casa de pasto do Séc. XIX no Palácio dos Marqueses de Marialva – evolução e reaproveitamento de um espaço», in *Revista de Estudos do Património*, n.º 9, Lisboa, IPPAR, 2006, pp. 213-217.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Tomo VI, Lisboa, 1893, pp. 343-435.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Tomo XIII, 1.ª parte, Lisboa, 1904, pp. 156-158.
- «O Português», n.º 174, anno 1853, Lisboa, 8 de Novembro, p. 3.
- PALMA-FERREIRA, João, *Obscuros e Marginados. Estudos de Cultura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, pp. 85-99.
- PATO, Bulhão, *Memórias. Scenas de infancia e homens de letras*, vol. I, Lisboa, 1894, p. 78.
- PINA MANIQUE, Luís de, «Plantas Topográficas de Lisboa. A Colecção levada para o Brasil durante as Invasões» in *Lisboa e seu Termo*, Vol. 2, pp. 189-199.
- RUDERS, Carl Israel, *Viagem em Portugal. 1793-1802*, Lisboa, B.N., 1981, p. 106.
- SANTANA, Francisco, *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, 1994, p. 543.
- SANTA MARTHA, Theodósio de, *Elogio Histórico da Ilustríssima, e Excellentíssima Casa de Castanhede Marialva, chefe dos esclarecidos Meneses, e Telles, dedicado ao Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor D. Diogo de Noronha III. Marquez de Marialva, V. Conde de Castanhede. Estribeiro Mór, e Gentil-homem da Camara da Magestade do Augustíssimo, e Fidellíssimo Senhor Rey D. José I. Mestre de Campo General da Estremadura. Governador das Armas Junto à Pessoa; do Concelho da Guerra (...)*, Lisboa, Officina de Manoel Soares Vivas, 1751, pp. 533-538.
- SANTOS, Vasco Leitão, «Copa e área de serviço do Palácio dos Marqueses de Marialva», in *Revista de Estudos do Património*, n.º 9, Lisboa, IPPAR, 2006, pp. 207-212.
- SARAIVA, José Mendes da Cunha, *Memória Sobre um Inventário Artístico do anno de 1564 do Paço dos Duques de Bragança em Lisboa*, 1978.

- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a história da cidade*, Vol. I, Lisboa, Câmara Municipal, 1939, pp. 252-263 e 269-322.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a história da cidade*, Vol. II, Lisboa, Câmara Municipal, 1939, pp. 163-169, 188-243.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a história da cidade*, Vol. III, Lisboa, Câmara Municipal, 1941, pp. 428-429 e 514.
- SERRÃO, Vítor, «O Arquitecto Maneirista Pedro Nunes Tinoco. Novos Documentos e Obras (1611-1636)» in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa, 1977.
- SILVA, Augusto Vieira da, *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1950.
- SILVA, Augusto Vieira da, «Ainda os casebres do Loreto» in *Dispersos*, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal, 1960, pp. 321-322.
- SILVA, Augusto Vieira da, «Os casebres do Loreto» in *Feira da Ladra*, n.º 1, Lisboa, 1931, pp. 6-12.
- SILVA, José Soares da, *Gazeta em forma de carta*, Lisboa, B.N., 1934, pp. 164-165.
- SOUSA, J. M. Cordeiro de, *Colecção Olisiponense*, vol. I, 2.ª ed., Lisboa, 1982, pp. 211-212.

Fontes Documentais

- Arquivo Histórico de Sintra; B/I/4, Caixa 2, n.º 119, 121, 122, 124, 126 e 271
- Arquivo Histórico de Sintra; B/I/4, Caixa 3, n.º 300
- Arquivo Histórico de Sintra; B/I/4, Caixa 5, n.º 478 e 483

Sobre o Tema do Vestuário

- AFONSO, Simonetta Luz (cord.), *Inventário da Coleção Museu Nacional de Machado de Castro Coimbra – ourivesaria séc. XVI e XVII*, IPM, 1992, pp. 84, 90, 134, 250.
- CASTRO, Luís de Albuquerque, «A simbólica e a evolução dos ondulados» in *I Colóquio Portuense de Arqueologia-1961*, Porto, 1962, pp. 9 e 10.
- CARDOSO, Priscila, *Filigrana Portuguesa*, Ed. Lello, 1998, p. 68.
- CHAVES, Luís, «Grandes contas vítreas multicolores do Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa» in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 72.ª série, n.º 1-3, Jan. a Março de 1954, pp. 115-117.
- CHAVES, Luís, «Grandes contas vítreas multicolores do Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa» in *Revista de Guimarães*, vol. LXV, 1955, pp. 142-144.
- CHAVES, Luís, *Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico*, Guimarães, Oficinas Gráficas da Companhia Ed. do Minho, 1955.
- CHAVES, Luís, «Contas de pasta vítrea policrómicas do Museu Etnológico» in *Revista de Guimarães*, vol. LXV, 1955, pp. 135-141.
- CORDEIRO, Isabel (cord.), *Inventário do Museu de Évora – colecção de ourivesaria*, IPM, 1993, pp. 334 e 352.
- CUSTÓDIO, Jorge, *A Real Fábrica de Vidros de Coima [1719-1747] e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII – Aspectos históricos, tecnológicos, artísticos e arqueológicos*, IPPA, Lisboa, 2002.
- FILHA, João Lopes, *O corpo e o pão: o vestuário e o regime alimentar cabo-verdianos*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1997, pp. 11-130.
- HAEVERNICK, Thea Elisabeth, «Contribuição para a história dos vidros antigos: contas de vidro policromo designadas contas ‘agri’», in separata da *Revista de Guimarães*, vol. LXXIV, 1964, pp. 1-31.

- JARGSTORF, Sibylle, *Glass Beads from Europe*, A Schiffer Book for Collectors, 1995.
- KARCAN, Margareth, *The History of Beads: from 30 000 b.C. to the present*, N. York, Dubin, 1987.
- LESTER, Katherine, *Accessories of Dress - an Illustrated Encyclopaedia*, Nova York, Dover Publications, 2004, pp. 280-285, 470-482.
- LEWIS, R. D. S., *Antique Paste Jewellery*, London, Faber and Faber, 1970.
- MACEDO, Jorge Borges, *A Situação Económica do Tempo de Pombal*, 3.^a ed., Lisboa, Gradiva, 1989.
- MATOS, Armando, «Contas de massa vítrea encontradas em Angola» in *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, vol. II, Porto, pp. 452-462.
- MENDES, José Amado, *História do Vidro e do Cristal em Portugal*, Lisboa, ed. Inapa, 2002, pp. 1-85.
- PEREIRA, F. Alves, «Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal» in *Archeologo Português*, vol. XV, n.º 1 a 12, Imprensa Nacional, Jan. a Dez. de 1910, pp. 55-83.
- PEREIRA, F. Alves, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 31, Jan. a Fev. de 1933, pp. 24-31.
- PEREIRA, F. Alves, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 32, de Março a Abril de 1933, pp. 72-88.
- PEREIRA, F. Alves, «Contas policrómicas de pasta vítrea» in *Portucale*, vol. VI, n.º 33, Junho de 1933, pp. 117-121.
- PEREIRA, F. Alves, «A propósito das contas vítreas policrómicas» in *Portucale*, vol. VII, n.º 37 e 38, Jan. a Abril de 1934, pp. 16-18.
- PEREIRA, Gabriel, *Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa*, Lisboa, ed. Livraria Clássica, 1910, pp. 286-288.
- PINTO, R. de Serpa, *Etnografia Arqueológica: 1 - antigas contas empregadas como amuletos*, Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1932, pp. 1-7.
- RODRIGUES, M. Conceição, «Contribuição para o estudo de contas de vidro de origem mediterrânica recolhidas na baixa pombalina de Lisboa» in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha – Padrão dos Descobrimentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997.
- RODRIGUES, M. Conceição, «A presença das contas de vidro como elemento de identidade do africano no passado histórico e cultural de Lisboa: dos meados do século XV ao terramoto de 1755» in (separata); (no prelo).
- SLEEN, W. G. N., *A handbook on beads*, Liege, Musée du Verne, 1967.
- VASCONCELLOS, J. Leite, *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.
- VEIGA, Estácio da, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp. 962-967.

Fontes Documentais

H.M.O.P; Junta do Comércio, Livro 9